



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Minuta de Contrato



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ANEXO XIV MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO SLU/DR.JUR Nº ____/____

PROCESSO Nº. _____

CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU

CONTRATADA: _____

LOTE: _____

CONTRATO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI FAZEM, A SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA, DENOMINADA CONTRATANTE E _____, DENOMINADA CONTRATADA, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ATINENTES À COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMUNS EM UNIDADES DE SAÚDE NAS CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS DE BELO HORIZONTE, CONSOANTE PORMENORIZADO EM PROJETO BÁSICO.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

1.1. São partes neste Contrato, por meio de seus representantes, como CONTRATANTE, a SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA – SLU, inscrita no CNPJ sob o nº 16.673.998/0001-25, representada por seu Superintendente, Breno Serôa da Motta, e, como CONTRATADA, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede em _____, neste ato representada por seu representante legal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 2.1.** É objeto deste Contrato a execução de serviços atinentes à coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comuns nas unidades de saúde, nas circunscrições administrativas de Belo Horizonte, consoante pormenorizado em projeto básico. Os serviços precitados abrangem a coleta porta a porta de resíduos sólidos domiciliares; o fornecimento, instalação, limpeza, higienização e manutenção de contêineres de polietileno de alta densidade (PEAD); a coleta de resíduos comuns em unidades de saúde; a coleta de rejeitos em galpões de triagem de materiais recicláveis; a coleta seletiva ponto a ponto automatizada; as campanhas informativas e orientativas; o transporte dos materiais recicláveis coletados para locais de triagem e o transporte dos resíduos e rejeitos coletados para disposição final na Central de Tratamento de Resíduos (CTR) Macaúbas, localizada na Rodovia MG-5, km 8,1 – Bairro Nações Unidas – Sabará/MG , conforme condições discriminadas no Projeto Básico e em seus documentos integrantes e indissociáveis, em decorrência julgamento da **Licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA SLU nº 90.001/2025** segundo a **Proposta** e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independentemente de transcrição.
- 2.2.** Os serviços de coleta de resíduos comuns nas unidades de saúde de todas as Regiões Administrativas do Município serão realizados exclusivamente pela CONTRATADA responsável pelos serviços do Lote 1.
- 2.3.** Os serviços de coleta de rejeitos dos galpões de triagem serão executados somente pelas CONTRATADAS responsáveis pelos serviços dos Lotes 1 e 3, nos estabelecimentos de todas as Regiões Administrativas do Município, indicados pela CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

3.1. O valor da contratação é de R\$ _____(_____), correspondente ao produto dos preços unitários propostos pela CONTRATADA aplicados às quantidades estimadas na Planilha de Orçamento.

3.2. Para efeito de pagamento do item relativo à Administração Local (AL), a medição será realizada proporcionalmente ao valor financeiro de cada medição de serviços efetivamente executados, cumulativamente até o máximo de 100 unidades considerando o custo de cada unidade, conforme planilha de orçamento.

3.2.1. O quantitativo referente à Administração Local (AL) de cada medição será calculado da seguinte forma:

$$AL \text{ mensal} = \frac{\text{Medição mensal (exclusive AL)}}{\text{Valor global} - AL} \times 100 = n^{\circ} \text{ de unidades}$$

3.2.2. Para fins de pagamento da AL, a CONTRATADA deverá apresentar declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na AL, bem como dos demais itens que a compõem, com os respectivos registros fotográficos.

3.2.3. Caso não ocorra a execução total do Contrato, não será devido o pagamento relativo ao valor remanescente na medição final.

3.2.4. Os insumos considerados na composição da AL deverão ser utilizados exclusivamente nos serviços objeto do Projeto Básico.

3.3. No valor do contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, como por exemplo: depreciação, aquisição e instalação de equipamentos de rastreamento da frota e nos locais de apoio, bem como quaisquer outros sistemas ou equipamentos que se fizerem necessários para a execução dos serviços; manutenção e operação da frota de veículos; salários e encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas; tributos e/ou impostos; seguros e garantias; ART; mão de obra, EPIs e EPC; equipamentos, ferramentas e materiais

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

necessários; mobilização e desmobilização; instalação e manutenção de locais para guardar e reparar veículos e equipamentos; utilização, depreciação, manutenção e operação da frota de veículos coletores dos resíduos, combustíveis; obrigações trabalhistas e previdenciárias e as decorrentes das convenções coletivas de trabalho; bem como administração e lucro; quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias.

3.3.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, conforme especificado na matriz de risco, Anexo I deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

2708.4501.17.512.228.2.538.0001.339039.62.1.500.000.0000 da Superintendência de Limpeza Urbana.

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

5.1. O presente contrato será garantido por meio de _____, no valor de R\$_____ (_____), equivalente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor global do objeto contratado, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 19.552/2026.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 5.2.** A garantia deverá ter vigência mínima de 180 (cento e oitenta) dias superiores ao prazo previsto no Termo Contratual, conforme art. 63, §2º do Decreto Municipal nº 10.710/2001; e deverá, ainda, ter sua vigência protelada na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual e/ou sua complementação em caso de acréscimo de valor.
- 5.3.** Deverá ser prestada garantia adicional pela CONTRATADA, cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, nos termos do §5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.4.** A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:
- a.** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
 - b.** seguro-garantia;
 - c.** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
 - d.** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, comercializado pelas sociedades de capitalização regularmente autorizadas a operar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.
- 5.5.** A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA.
- 5.6.** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 5.7.** Em caso de utilização da garantia, total ou parcial, a CONTRATADA se obriga a repor o valor na sua integralidade, para a mesma finalidade, num prazo máximo de

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

05 (cinco) dias, a partir da comunicação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais.

5.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.9. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.11. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no edital e neste Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1. O prazo para início da execução dos serviços é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

6.2. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data definida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto contratual.

6.3. Este contrato poderá ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por se tratar de serviço continuado.

6.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

6.3.2. Na hipótese de prorrogação do contrato, a CONTRATANTE deverá negociar a redução ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

6.3.3. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

6.4. Na hipótese de prorrogação contratual, a CONTRATANTE deverá negociar a redução ou a eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não prorrogação do ajuste, nos termos do Decreto nº 15.562, de 14 de maio de 2014, em especial de seu art. 15, § 3º.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. As partes contratantes deverão executar o pacto estritamente em conformidade com as cláusulas avençadas e a legislação, observando-se, ademais, a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 18.324/2023. Cada parte responderá pelas consequências advindas da inexecução, total ou parcial, das obrigações contratuais.

7.2. O(s) fiscal(is) do Contrato será(ão) devidamente nomeado(s) pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU, por meio de publicação no Diário Oficial do Município (DOM), ao(s) qual(is) competirá(ão) dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução dos serviços; orientar quanto à melhor forma de execução dos serviços; sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços, com ou sem o fornecimento de materiais ou peças, que não estejam de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, de tudo dando ciência à CONTRATADA.

7.3. Após a celebração do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar reunião preliminar com o representante da CONTRATADA. O escopo principal será apresentar o plano de fiscalização, pormenorizando as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias de execução do objeto, o plano

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

complementar de execução da CONTRATADA (se aplicável), a metodologia de aferição de resultados e as sanções cominadas, entre outras informações pertinentes.

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual deverá:

7.5.1. Verificar se estão sendo cumpridas as especificações técnicas dos serviços, se os materiais atendem as exigências dos projetos, das especificações das normas da SLU e das normas técnicas aplicáveis, exigindo os testes e ensaios normatizados, caso necessários, para garantir a qualidade dos serviços.

7.5.2. Avaliar, com registro em ata, os materiais e equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, anotando as inconformidades verificadas, de acordo com as orientações para tal contidas nas normas da SLU, normas da ABNT.

7.5.3. Encaminhar às áreas competentes as proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução dos serviços.

7.5.4. Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer falha na execução dos serviços.

7.5.5. Recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.

7.5.6. Questionar dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.

7.5.7. Verificar, sistematicamente, no campo, e remotamente, por meio do sistema de rastreamento, o número de trabalhadores e veículos alocados nas atividades, propondo penalização à CONTRATADA, nas formas previstas, se esta alocar trabalhadores em número menor do que o formalizado no início do Contrato.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 7.6.** A Segurança e Saúde Ocupacional serão verificadas por engenheiro/técnico de segurança da SLU, em vistorias periódicas e sem aviso prévio, as quais deverão ser lançadas no Diário do Contrato. Sendo observadas não conformidades ou irregularidades, as mesmas serão anotadas em relatório de vistoria, que será entregue ao(s) fiscal(is) para repassar à CONTRATADA. Essas não conformidades e irregularidades deverão ser prontamente solucionadas, sob pena de advertência e outras penalidades previstas em contrato.
- 7.7.** A SLU poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.8.** A comunicação entre a SLU e a CONTRATADA deverá ser formalizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.9.** As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
- 7.9.1.** Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;
 - 7.9.2.** Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
 - 7.9.3.** Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;
 - 7.9.4.** Relação das pessoas que receberão cópias da ata.
- 7.10.** A existência da Fiscalização não exime a responsabilidade da CONTRATADA em nenhuma de suas obrigações contratuais.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

- 8.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer danos, diretos ou indiretos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua conduta



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

culposa ou dolosa, no cumprimento das obrigações contratuais. A CONTRATANTE restará, assim, isenta de quaisquer demandas futuras relacionadas ao presente pacto.

8.2. A CONTRATADA obriga-se a indenizar os prejuízos causados, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial da CONTRATANTE, ainda que as imputações resultem de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas a ela vinculadas por relação de emprego ou prestação de serviços para a consecução do objeto contratual.

8.3. Na vigência do contrato, a CONTRATADA, será a única e exclusiva responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua total responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, bem como os seguros necessários à execução dos serviços avençados, incluindo os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.

8.4. A CONTRATADA assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, incluindo, mas não se limitando, a acidentes e óbitos, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos em conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 10.406/2002.

9. CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO DO CONTRATO

9.1. A CONTRATADA não poderá ceder o contrato, total ou parcialmente, a terceiros em nenhuma hipótese.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 10.1.** A subcontratação do objeto será admitida, no limite de 30% (trinta por cento), quando houver razões de ordem técnica que a justifique, mediante prévia aprovação e autorização da CONTRATANTE. Este limite foi estipulado em respeito à natureza *intuitu personae* do contrato.
- 10.2.** A subcontratação não será admitida para os itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovem execução de serviços com características semelhantes.
- 10.3.** Para a formalização da subcontratação, a CONTRATADA deverá, a qualquer tempo, apresentar a relação dos serviços que serão subcontratados juntamente com a apresentação da seguinte documentação:
- 10.3.1.** Solicitação da CONTRATADA dirigida à Fiscalização, justificando a necessidade da subcontratação e solicitando autorização para fazê-la;
 - 10.3.2.** Minuta do contrato a ser celebrado entre a CONTRATADA e a subcontratada;
 - 10.3.3.** Documentos pertinentes à habilitação jurídica da subcontratada:
 - 10.3.3.1.** Registro comercial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
 - 10.3.3.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
 - 10.3.3.3.** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
 - 10.3.3.4.** Ato constitutivo atualizado e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
 - 10.3.3.5.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade a ser subcontratada assim o exigir.

10.3.4. Documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada:

10.3.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

10.3.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo à sede da subcontratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da subcontratação;

10.3.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da subcontratada, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

10.3.4.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, ou de certidão positiva com efeitos de negativa.

10.3.5. Documentos de qualificação econômico-financeira da subcontratada:

10.3.5.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do subcontratado, (admitida a certidão positiva com efeito de negativa, quando cabível) e concordata emitida pelo distribuidor de feitos da Justiça Estadual da sede do subcontratado.

10.3.6. Documentação de Qualificação Técnica da subcontratada:

10.3.6.1. certidão de registro na entidade profissional competente, quando exigido pela natureza da atividade a ser executada;

10.3.6.2. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

a subcontratada executou, diretamente e de forma satisfatória, serviço equivalente com, no mínimo, as parcelas de relevância técnica e valores significativos correspondentes ao objeto que se pretende subcontratar;

10.3.6.3. Atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da subcontratada, executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviço de mesma natureza do que se pretende subcontratar.

10.3.7. Outras comprovações da subcontratada:

10.3.7.1. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.7.2. Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a sua contratação com a Administração Pública;

10.3.7.3. Declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço na subcontratação não incorrem nas proibições de que trata o art. 49-B da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, conforme modelo do arquivo anexo ao edital;

10.3.7.4. Declaração de que a subcontratada se compromete a utilizar e/ou especificar e utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa, que tenha procedência legal, atendendo ao disposto no art. 17, § 4º, da Lei nº 10.175/2011, se

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

atividade a ser subcontratada envolver a especificação ou a utilização de produtos e subprodutos de madeira, conforme modelo do arquivo anexo ao edital.

10.3.8. No caso de a subcontratada possuir cadastro regular no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte (Sucaf) e habilitado na(s) linha(s) de serviço(s) compatível(veis) com a atividade a ser subcontratada, os documentos dos **subitens 10.3.4 e 10.3.5** são dispensáveis, devendo ser apresentado a situação da subcontratada no Sucaf.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CONSÓRCIOS

- 11.1.** A empresa líder é a responsável por representar o consórcio perante a CONTRATANTE durante a execução do contrato;
- 11.2.** As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados na execução do contrato.
- 11.3.** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de encerramento do contrato.
- 11.4.** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela CONTRATANTE e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pelo empresa substituída para fins de habilitação em consórcio.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS PREVISTOS NA PLANILHA – FATOR K

- 12.1.** A CONTRATADA se obriga a aceitar, se necessário, a inclusão, mediante Termo Aditivo ao Contrato, de atividades eventualmente não previstas na Planilha de Orçamento, tendo por base os preços unitários da data de elaboração do orçamento

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

da licitação. Da mesma forma, as atividades não previstas na Planilha de Orçamento, terão seus preços compostos com base nos elementos que compõem o referido orçamento, modificados pelo fator "K", nos termos do Decreto Municipal nº 16.361/2016, atualizado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS, OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

13.1. Todos os tributos que incidirem sobre o Contrato ou atividades que constituam seu objeto deverão ser pagos, regularmente, pela CONTRATADA, e por sua conta exclusiva. Competirá, igualmente, à CONTRATADA, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços avençados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E DE IMPOSTO DE RENDA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇO

14.1. Em cumprimento ao disposto no art. 31 da Lei Federal nº 8.212/1991, com a redação que lhe foi dada pela Lei Federal nº 11.933/2009, tendo em vista a Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, haverá por parte da CONTRATANTE uma retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor de cada Nota Fiscal/Fatura ou Recibo a favor da Previdência Social.

14.1.1. A CONTRATADA deverá, se for o caso, discriminar os serviços prestados em condições especiais por seus empregados, emitindo nota fiscal específica ou discriminar o valor desses serviços na nota fiscal ou fatura.

14.2. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, quando da emissão do documento fiscal/fatura e do pagamento, o disposto no Decreto Municipal nº 18.272, de 09 de março de 2023, republicado em 17 de março de 2023, que "*Dispõe*

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

acerca da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços", a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações, a Portaria SMFA nº 011/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte do dia 06/04/2023 (disponível no endereço eletrônico: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/320434>, acesso em 30/11/2025), ou as normas que vierem a substituí-los, bem como toda a legislação aplicável.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**15.1. Recebimento do Objeto:**

15.1.1. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste contrato, do Termo de Referência, do Projeto Básico e da proposta, devendo ser reparado/corrigido nos prazos definidos pela fiscalização, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.1.2. A fiscalização não efetuará o ateste das medições de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas durante a fiscalização do Contrato.

15.1.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.4. Não será computado para fins do recebimento definitivo o prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificados pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa.

15.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.2. Da Medição:

15.2.1. Os serviços serão contratados sob o regime de empreitada por preços unitários e serão pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições, considerando as quantidades realizadas no período.

15.2.2. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme efetivamente executados e de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro aceito na Proposta Comercial.

15.2.3. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste contrato, do Projeto Básico, do Termo de Referência e seus anexos e da proposta, devendo ser reparado/corrigido, nos prazos definidos na notificação, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.2.3.1. Serviços não aceitos pela Fiscalização não serão objeto de medição.

15.2.3.2. Os serviços não aceitos pela Fiscalização não serão remunerados.

15.2.3.3. Em nenhuma hipótese poderá haver adiantamento de serviços em medição.

15.2.4. As medições serão elaboradas pela Fiscalização, com a participação da CONTRATADA, até o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês referente aos serviços executados, no período do 26º (vigésimo sexto) dia do mês anterior ao 25º (vigésimo quinto) dia do mês vigente, a partir dos relatórios ou

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

boletins de serviços, tendo como referência os quantitativos efetivamente e integralmente realizados e deverão ser entregues à CONTRATANTE até o 3º dia útil, contados após o 25º dia do mês da medição vigente, admitida a prorrogação, quando solicitada pela CONTRATADA durante o transcurso do prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.2.5. A liberação do processamento da medição inicial ficará vinculada à entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/MG) e/Ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT – no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/MG), de execução dos serviços e de acordo com o contrato.

15.2.6. A CONTRATADA deverá observar o prazo previsto no §1º do art. 28 da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, ou na norma que a substituir, para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços e nos incisos I e II do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR, ou na norma que a substituir, para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

15.2.7. Os serviços de coleta domiciliar, realizados com emprego de caminhões compactadores, serão medidos pela massa (em toneladas) de resíduos efetivamente coletados nos roteiros de coleta planejados, conforme registros das balanças nos locais de descarga, anexados aos Diários de Coleta de Resíduos Sólidos (DCRS) impressos ou digitais.

15.2.8. Os serviços de fornecimento, instalação, limpeza, higienização e manutenção de contêineres de PEAD serão medidos mensalmente, por unidade disponibilizada, conforme valor unitário e mediante comprovação por meio dos respectivos registros fotográficos datados e georreferenciados. Caso a disponibilização de determinado contêiner seja por período inferior a um mês, será efetuado o cálculo proporcional ao número de dias de efetiva instalação, sendo adotadas até 04 (quatro) casas decimais.

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

- 15.2.9.** Os serviços de coleta de resíduos comuns em unidades de saúde, realizados com emprego de caminhões compactadores, serão medidos pela massa (em toneladas) de resíduos efetivamente coletados nos roteiros de coleta planejados, conforme registros das balanças nos locais de descarga, anexados aos Diários de Coleta de Resíduos Sólidos (DCRS) impressos ou digitais.
- 15.2.10.** Os serviços de coleta dos rejeitos dos galpões de triagem de materiais recicláveis, realizados com emprego de caminhões compactadores, serão medidos pela massa (em toneladas) de resíduos efetivamente coletados nos roteiros de coleta planejados, conforme registros das balanças nos locais de descarga, anexados aos Diários de Coleta de Resíduos Sólidos (DCRS) impressos ou digitais.
- 15.2.11.** Os serviços de coleta seletiva ponto a ponto automatizada realizados com caminhões coletores e lavadores de carga lateral cedidos pela CONTRATANTE e por caminhões basculantes equipados com *munk* fornecidos pela CONTRATADA serão medidos por disponibilização de equipe, por dia. Para tanto, será realizada medição mensal discriminatória e comprobatória dos serviços executados conforme ordens de serviços específicas.
- 15.2.12.** Os serviços de campanhas informativas e orientativas serão medidos por meio da quantidade de unidades residenciais, comerciais ou públicas visitadas e registradas em formulário próprio, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE. Será permitida a realização de palestras e reuniões com condôminos de um mesmo residencial ou frequentadores dos locais comerciais ou públicos onde estão instalados contêineres, para orientações coletivas sobre a participação na coleta seletiva e domiciliar. Nessas situações deverão ser coletadas as assinaturas legíveis dos participantes em formulário próprio, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE,

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

indicando o número da Unidade Habitacional, no caso de condomínios, sendo contabilizada como abordagem uma assinatura por Unidade Habitacional. Para o caso reuniões ou palestras em locais comerciais ou públicos será considerada uma abordagem para cada assinatura de participante. Em caso de campanhas fixas nos pontos de entrega voluntária, sem deslocamento da equipe, a medição das campanhas será por ponto atendido, por dia. Para tanto, será realizada medição mensal discriminatória e comprobatória dos serviços executados conforme ordens de serviços específicas.

15.2.13. Para efeito de pagamento do item relativo à Administração Local (AL), a medição será realizada proporcionalmente ao valor financeiro de cada medição de serviços efetivamente executados, nos termos do **subitem 3.2 deste contrato**.

15.2.14. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, preencher todos os formulários, planilhas de controle e boletins de medição, conforme modelos a serem fornecidos pela Fiscalização, os quais serão os documentos adequados para a comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análises, avaliações, etc., referentes à execução dos serviços objeto do Contrato.

15.2.15. O “Formulário de Ocorrência” é o documento para registrar eventualidades, irregularidades e sinistros detectados pela Fiscalização. Este deve ser assinado pela CONTRATANTE e CONTRATADA, no máximo, até 2 (dois) dias da ocorrência. No próprio formulário deverão ser registrados relatos e respostas (se houver) aos questionamentos da Fiscalização.

15.2.16. A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deve ser realizada por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, relatando os fatos e dando ciência à CONTRATADA. No próprio

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

formulário deverão ser registrados relatos e respostas (se houver) aos questionamentos da Fiscalização.

15.3. Da Liquidação:

15.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.3.2.1. O prazo de validade;

15.3.2.2. A data da emissão;

15.3.2.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

15.3.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

15.3.2.5. O valor a pagar; e

15.3.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.3.3. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:

15.3.3.1. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234/2012 de acordo com o art. 1º, §1º, do Decreto Municipal nº 18.272/2023 e com a Portaria SMFA nº 11/2023 c/c §5º, art. 2º da IN RFB Nº 1234/2012, ou conforme normas que vieram a substituir essas.

15.3.3.2. As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

acordo com o artigo 1º, §3º, do Decreto Municipal nº 18.272/2023 c/c art. 4º da IN RFB Nº 1234/2012, ou conforme normas que vieram a substituir essas.

15.3.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, indicando o valor do serviço e do material aplicado (quando cabível), bem como a alíquota e o valor do tributo.

15.3.3.4. Cada uma das empresas consorciadas deverá emitir as notas fiscais pelo valor correspondente à execução dos serviços realizados por cada uma delas e responder pelos tributos devidos, salvo se adotado o regime especial, nos termos dos arts. 107 a 117 do Decreto Municipal nº 17.174/2019.

15.3.3.5. Deverá constar do corpo da Nota Fiscal informações relativas a situações especiais, tais como: regime de estimativa, isenção ou imunidade a que estiver sujeita a operação.

15.3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

15.3.5. A Administração deverá realizar consulta ao **Sucaf** e/ou **Sicaf** e/ou **Cagef** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se a CONTRATADA, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.

15.3.5.1. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular ou seja solicitado pela CONTRATANTE.

15.3.5.2. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

15.3.5.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

15.3.5.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao **Sucaf** e/ou **Sicaf** e/ou **Cagef**.

15.4. Da Forma de Pagamento:

15.4.1. Os serviços, contratados sob o regime de empreitada por preços unitários, serão pagos em parcelas mensais, correspondentes às respectivas medições.

15.4.1.1. As faturas correspondentes aos serviços executados serão obrigatoriamente acompanhadas das respectivas folhas de medição e deverão ser entregues à SLU até o último dia útil do mês em que foi processada a medição.

15.4.2. O pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente realizados no período de referência, aceitos pela fiscalização, e com base nos respectivos boletins de medição, conferidos pela unidade supervisora e de fiscalização do Contrato, observado o valor unitário apresentado pelo

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

proponente por ocasião da licitação e computados os reajustamentos cabíveis, quando for o caso.

15.4.3. A CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão observar, quando da emissão do documento fiscal/fatura e do pagamento, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 18.272/2023, a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, a Portaria SMFA Nº 011/2023, publicada no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte no dia 06/04/2023 (disponível no endereço eletrônico: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/320434>), ou as normas que vierem a substituí-las, bem como toda a legislação aplicável.

15.4.4. Os pagamentos serão efetuados pela Diretoria Administrativo-Financeira da SLU, por meio do Departamento Financeiro (DFIN), em moeda corrente, contra a apresentação da fatura, no curso do mês subsequente ao mês da execução dos serviços, após conferida a fatura, comprovado o cumprimento dos deveres e obrigações da CONTRATADA e apresentadas à SLU as quitações relativas aos encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pertinentes (INSS e FGTS).

15.4.5. Por ocasião do pagamento será efetuada consulta ao Sistema Único de Cadastro de Fornecedores - Sucaf. Caso se ateste a irregularidade junto às fazendas públicas e seguridade social, a CONTRATADA estará sujeita à sanção previstas no art. 10, inciso IX, do Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de outras penalidades e medidas cabíveis.

15.4.6. Ocorrendo divergência no faturamento, a CONTRATANTE devolverá as Notas Fiscais/Faturas e Folhas de Medição à CONTRATADA para correção. Neste caso, a CONTRATANTE terá mais 02 (dois) dias úteis para processar o pagamento, contados da reapresentação e aceite das mesmas.

15.4.7. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente à SLU por meio eletrônico tabulado a folha de pagamento discriminada por categoria de todos os funcionários diretos e alocados aos serviços objeto deste Contrato.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

15.4.8. Nenhum pagamento efetuado poderá ser invocado pela CONTRATADA para isentá-la, em qualquer tempo, das responsabilidades contratuais, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução dos serviços.

15.4.9. Fica estabelecido que os pagamentos efetuados em atraso pela CONTRATANTE serão monetariamente corrigidos pelo IPCA-E, levando-se em consideração a variação deste índice entre o mês do vencimento da prestação e o efetivo pagamento.

15.4.10. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de *internet banking*, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

16.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da CONTRATADA.

16.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

16.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ao qual a proposta estiver vinculada, relativo às categorias de mão-de-obra contempladas nas Convenções Coletivas dos Serviços de Limpeza Urbana do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais (Sindeac) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte de Passageiros Urbano, Semi Urbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Fretamento, Turismo e Escolar de Belo Horizonte e Região Metropolitana (STTRBH).

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

16.2.1.1. O acordo coletivo de referência para efeito da primeira repactuação é a **CCT 2026**.

16.2.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, indicar em sua proposta de preços, de maneira clara, a(s) CCT(s) utilizadas como base da formação de sua proposta comercial.

16.2.3. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

16.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

16.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

16.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

16.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

16.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

16.7. Na repactuação, a CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

resultados da CONTRATADA, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

16.8. A CONTRATANTE não se vincula às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, conforme previsto no art. 135, §2º, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

16.9. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA deverá efetuar a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato, para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

16.10. A proposta de preço apresentada pelas licitantes, na fase da licitação, com sua respectiva composição de custo, vinculará a CONTRATANTE na repactuação dos custos de mão-de-obra, vinculados à CCT. Não serão repactuados itens não previstos na proposta de preço e serão mantidos eventuais descontos sobre custos de mão de obra vinculados à CCT apresentados na proposta de preço.

16.11. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento detalhado para cada grupo de insumo, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

16.11.1. Serão utilizados índices de preços específicos para cada grupo de insumos:

16.9.1.1. Os preços dos bens de investimentos serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA-EP-DI- Bens de investimento (código 1473517), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

16.9.1.2. Os preços dos bens intermediários do grupo combustíveis e lubrificantes serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA-EP-DI - Combustíveis e lubrificantes para a produção (código 1437837), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

16.9.1.3. Os preços dos bens consumidos na execução dos serviços (EPIs, EPCs, uniformes, ferramentas, etc...) serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

16.9.1.4. Os preços relativos à mão-de-obra não contemplados nas convenções coletivas dos serviços de limpeza urbana do Sindac e do STTRBH serão reajustados com base na variação acumulada em 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC –publicado pelo IBGE.

16.12. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

- 16.13.** Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.14.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 16.15.** Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação, de acordo com os índices adotados em contrato, que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 16.16.** Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos do mercado retroagirão à sua data-base, fixada no momento de apresentação da proposta.
- 16.17.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 16.18.** O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 16.19.** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 16.20.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente.
- 16.21.** A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da data do fornecimento, pela CONTRATADA, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 16.22.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 16.23.** As repactuações poderão ser formalizadas por meio de apostila, nos termos do art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.24.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 16.25.** O valor da insalubridade será revisado, mediante solicitação da CONTRATADA, a partir da vigência da norma específica que autoriza a majoração do salário mínimo, base de cálculo da insalubridade, conforme a Lei Federal nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, ou norma superveniente que venha a substituí-la, alterá-la ou regulamentá-la.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

16.26. O valor do vale transporte será revisado, mediante solicitação da CONTRATADA, a partir da vigência da norma específica que altera o valor da tarifa de transporte público considerada na proposta da CONTRATADA.

16.27. A CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

16.28. Os valores das multas contratuais serão reajustados com base na variação acumulada dos últimos 12 (doze) meses do IPCA, sempre que o valor do Contrato for repactuado em relação aos custos decorrentes do mercado, exceto os valores das multas que já são calculadas em percentual do valor do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. São obrigações da CONTRATANTE:

17.1.1. Expedir Ordens de Serviço.

17.1.2. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

17.1.3. Indicar formalmente à CONTRATADA a equipe de Fiscalização e Supervisão dos serviços.

17.1.4. Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.

17.1.5. Fornecer todos os elementos técnicos necessários à execução dos serviços que estiverem disponíveis na SLU.

17.1.6. Fornecer todos os formulários/modelos necessários ao registro dos serviços executados, tais como os boletins diários de coleta de resíduos sólidos.

17.1.7. Orientar a CONTRATADA quanto à forma convencional de execução dos serviços.

17.1.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para o bom andamento dos serviços.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

17.1.9. Ceder os caminhões coletores de carga lateral, titulares e reservas, para a realização da coleta seletiva ponto a ponto automatizada.

17.1.10. Ceder os caminhões lavadores de carga lateral, titulares e reservas, para a realização da coleta seletiva ponto a ponto automatizada.

17.1.11. Ceder os contêineres já instalados e o quantitativo de reserva, para a realização da coleta seletiva ponto a ponto automatizada.

17.1.12. Fornecer a descrição dos equipamentos rastreadores e sistemas à CONTRATADA, para a instalação dos mesmos.

17.1.13. Fiscalizar os equipamentos de rastreamento e monitoramento instalados pela CONTRATADA e realizar a fiscalização eletrônica por meio do sistema de monitoramento implantado.

17.1.14. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, conforme procedimentos legais, aplicando, quando necessário, as advertências, notificações e penalidades cabíveis, conforme previsto no Projeto Básico, Termo de Referência e demais obrigações estabelecidas no Contrato.

17.1.15. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART para as atividades de planejamento e fiscalização referentes às atividades do Contrato.

17.2. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência, Projeto Básico e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.2.1. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

17.2.2. Regularizar junto aos órgãos e repartições competentes, todos os registros e assentamentos relacionados à execução dos serviços, respondendo, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão dos mesmos acarretar.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.3.** Apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, na forma estipulada, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da emissão da ordem de serviço inicial, toda a documentação de que trata o **subitem 28.1 deste Contrato**.
- 17.2.4.** Apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE prestar (Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho – GMEST da SLU), no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da emissão da ordem de serviço inicial, toda a documentação de que trata o **subitem 28.2 deste Contrato**.
- 17.2.5.** Apresentar ao Fiscal Administrativo (Decreto Municipal nº 18.324/2023) da CONTRATANTE (Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da ordem de serviço inicial, toda a documentação de que trata o **subitem 28.3 deste Contrato**.
- 17.2.6.** Apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias, mediante expressa autorização da CONTRATANTE, toda a documentação de que trata o **subitem 28.4 deste Contrato**.
- 17.2.7.** Apresentar à Diretoria Operacional da CONTRATANTE no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a partir da data de assinatura do contrato e, impreterivelmente, antes do início da execução dos serviços, o Plano de Contingência, por Regional Administrativa, para greves, paralisações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências, que impeçam a plena realização dos serviços, o qual deverá respeitar a legislação aplicável e prever a retomada da execução do serviço, referente ao número veículos, equipamentos e mão de obra, nos seguintes percentuais e prazos:
- 17.2.7.1.** 20% (vinte por cento) em 02 (dois) dias;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

17.2.7.2. 30% (trinta por cento) em 03 (três) dias;

17.2.7.3. 40% (quarenta por cento) em 04 (quatro) dias;

17.2.7.4. 50% (cinquenta por cento) em 05 (cinco) dias.

17.2.8. Cumprir o Plano de Contingência, aprovado pela CONTRATANTE, para greves, paralizações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências.

17.2.9. Apresentar, após a assinatura do Contrato e em até 10 (dez) dias antes da data de início da execução dos serviços prevista na ordem de serviço inicial, a relação dos pontos de apoio em locais estratégicos, considerando suas rotas de trabalho, para a satisfação de necessidades fisiológicas e a tomada de refeições para os trabalhadores que realizam atividades externas, observando-se a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, constando, no mínimo, o endereço e as quantidades de bacias sanitárias, lavatórios e assentos para refeição disponibilizados.

17.2.10. Apresentar, em caso de convênios com estabelecimentos para utilização de suas instalações pelas equipes do Contrato, cópia dos convênios firmados e devidamente assinados, juntamente com a relação dos pontos de apoio, após a assinatura do Contrato e em até, no máximo, 10 (dez) dias antes da data de início da execução dos serviços prevista na ordem de serviço inicial.

17.2.11. Cumprir o prazo para início dos serviços, conforme estabelecido na ordem de serviço inicial.

17.2.12. Providenciar e manter sempre atualizada a Autorização Especial para Trânsito de Veículo (AETV) dos veículos da frota titular e da frota reserva, exclusivamente para acesso aos locais da execução dos serviços. Essa autorização permite aos veículos circularem nos horários de restrição de tráfego.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.13.** Apresentar e cumprir integralmente o Plano de Segurança do Trabalho aprovado pela CONTRATANTE.
- 17.2.14.** Solicitar formalmente à CONTRATANTE autorização para qualquer alteração do Plano de Segurança do Trabalho aprovado.
- 17.2.15.** Cumprir todas as obrigações elencadas nas Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador para Prestação de Serviços elaborada pela GMEST-SLU.
- 17.2.16.** Implementar os equipamentos de coleta no prazo estipulado no Projeto Básico e de acordo com as orientações ao CONTRATANTE.
- 17.2.17.** Realizar a completa execução dos serviços de coleta domiciliar, obedecendo os roteiros de coleta, com o completo recolhimento dos resíduos sólidos domiciliares dispostos para os serviços regulares da coleta domiciliar, inclusive com o recolhimento dos resíduos soltos no interior de contêineres, lixeiras e congêneres, bem como o recolhimento dos resíduos no entorno dos locais de coleta e daqueles espalhados nas vias públicas em virtude de eventual rompimento dos meios de acondicionamento ou de derramamento durante o basculamento do contêiner, em conformidade com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.18.** Disponibilizar contêineres de PEAD, conforme solicitação e orientação da CONTRATANTE, realizar a perfeita manutenção e a completa limpeza e higienização interna e externa dos contêineres instalados, assegurando a conservação, a higiene e as adequadas condições de uso, em conformidade com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.19.** Realizar a completa execução dos serviços de coleta de resíduos comuns em unidades de saúde, obedecendo cada roteiro, em conformidade com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.

- 17.2.20.** Realizar a completa execução dos serviços de coleta dos rejeitos em galpões de triagem de materiais recicláveis realizada pelas cooperativas e associações de catadores participantes do Programa Municipal de Coleta Seletiva, obedecendo cada roteiro, em conformidade com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.21.** Realizar a completa execução dos serviços de coleta seletiva ponto a ponto automatizada, contemplando toda a descrição referente a esse serviço no Projeto Básico, obedecendo cada roteiro, em conformidade com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.22.** Realizar o completo transporte dos materiais recicláveis coletados para os locais de triagem, em conformidade com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.23.** Realizar o completo transporte dos resíduos e rejeitos provenientes das coletas objeto do contrato para a Central de Tratamento de Resíduos Macaúbas (CTR-Macaúbas), localizada na Rodovia MG-5, km 8,1 – Bairro Nações Unidas – Sabará/MG, em conformidade com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável.
- 17.2.24.** Realizar completamente os serviços de Campanhas Informativas e Orientativas, obedecendo às ordens de serviço expedidas, às instruções e

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico, e com a legislação aplicável.

17.2.25. Instalar, retirar e remanejar os contêineres de PEAD ou metálicos obedecendo os locais, critérios e orientações da CONTRATANTE.

17.2.26. Manter todos os contêineres de PEAD e metálicos limpos e em perfeitas condições de uso.

17.2.27. Providenciar e instalar em todos os contêineres de PEAD e metálicos, programação visual com as indicações necessárias à sua identificação e correta utilização, de acordo com as orientações e modelo padronizado definido pela CONTRATANTE.

17.2.28. Manter controle de estoque dos contêineres metálicos destinados à reserva técnica-operacional e de todos os contêineres de PEAD e metálicos instalados, com pelo menos o histórico de informações como número de patrimônio (para o caso dos metálicos cedidos), modelo, data e local de instalação, data e local da última limpeza realizada e data e local de retirada, conforme o caso.

17.2.29. Georreferenciar no sistema de rastreamento e monitoramento do Contrato todos os contêineres de PEAD e metálicos instalados e reservas metálicos.

17.2.30. A obediência à execução dos serviços relacionados nos **subitens 17.2.17 a 17.2.27** não exime a CONTRATADA de responder por falhas ou omissões relacionadas à segurança de pessoas e equipamentos da empresa, de terceiros ou da CONTRATANTE.

17.2.31. Apresentar mensalmente, à época da medição, declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na Administração Local, bem como dos demais itens que a compõem, com os respectivos registros fotográficos, a qual será utilizada para fins de medição.

17.2.32. Apresentar os diários de acompanhamento (DCRS e outros), controle e medições, na forma exigida pela CONTRATANTE. Após 30 (trinta) dias

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

de atraso, será suspenso o pagamento dos serviços, até que se normalize a apresentação desses diários.

17.2.33. Apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, na forma estipulada, até o 12º (décimo segundo) dia de cada mês, toda a documentação de que trata o **subitem 27.1.1 deste Contrato**.

17.2.34. Apresentar os documentos exigidos na Cláusula 27 - Vigésima Sétima – Da Fiscalização da Documentação Fiscal, Trabalhista e Previdenciária deste Contrato.

17.2.35. Apresentar, após a assinatura do Contrato e em até, no máximo, 10 (dez) dias antes da data de início da execução dos serviços prevista na ordem de serviço inicial, documentação que comprove a formação dos integrantes da equipe de campanha informativa e orientativa, bem como a cópia da carteira de habilitação do coordenador, conforme estabelecido em Projeto Básico.

17.2.36. Manter, durante toda a vigência do Contrato, no mínimo, os quantitativos de trabalhadores informados em sua proposta comercial apresentada na licitação, conforme estipulados no dimensionamento do Projeto Básico.

17.2.37. Apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, na forma estipulada, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato) ou após a demissão de empregado, toda a documentação de que trata o **subitem 27.1.3 deste Contrato**.

17.2.38. Manter, durante toda a vigência do contrato, no mínimo, os quantitativos de veículos e equipamentos, inclusive reservas, informados em sua proposta comercial apresentada na licitação, conforme estipulados no dimensionamento do Projeto Básico.

17.2.39. Substituir, no prazo máximo de até 02 (duas horas), o veículo coletor que ficar impedido de ser utilizado por qualquer motivo.

17.2.40. Cumprir os dias e horários estabelecidos para a execução dos serviços, conforme definidos pela CONTRATANTE.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.41.** Informar imediatamente, ao Fiscal Descentralizado do Contrato, toda e qualquer ocorrência em que o veículo coletor ficar impedido de ser utilizado por qualquer motivo.
- 17.2.42.** Providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da notificação, a troca de veículo ou equipamento considerado pela CONTRATANTE em desconformidade com o Projeto Básico, ou em mau estado de conservação ou inadequado para os serviços.
- 17.2.43.** Providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da notificação, a troca de contêineres considerados pela CONTRATANTE em mau estado de conservação ou inadequados para os serviços.
- 17.2.44.** Providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da notificação, a troca de ferramentas e utensílios de trabalho, considerados pela CONTRATANTE em mau estado de conservação ou inadequados para os serviços.
- 17.2.45.** Prestar integral obediência à legislação e normas relativas à higiene, segurança e medicina do trabalho.
- 17.2.46.** Prestar integral obediência à legislação e normas de trânsito e demais legislações pertinentes, inclusive nas vias internas da CTR-Macaúbas.
- 17.2.47.** Cumprir o disposto na legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.
- 17.2.48.** Providenciar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE, o cronograma físico-financeiro e a respectiva ART ou RRT referente à planilha orçamentária e, caso necessário, de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas.
- 17.2.49.** Atender às solicitações da CONTRATANTE e/ou da Fiscalização e/ou da Supervisão no tocante ao fornecimento de quaisquer informações e/ou documentos, segundo prazos, periodicidade e critérios estabelecidos, bem

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

como quaisquer outras informações necessárias ao bom desempenho do serviço.

- 17.2.50.** Formalizar junto à CONTRATANTE, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do Contrato, a relação nominal e a quantidade de trabalhadores designados para a execução dos serviços alocados em cada uma das atividades e a relação de veículos, equipamentos, instalações, dentre outras, discriminadas no objeto do Projeto Básico.
- 17.2.51.** Encaminhar à CONTRATANTE os seus motoristas dos veículos cedidos, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, para assinatura do Formulário de Identificação do Condutor Infrator (FICI).
- 17.2.52.** Apresentar, sempre que solicitada, a relação completa dos veículos a serem utilizados nos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, contendo discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil, tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos coletores compactadores. Essa relação deverá ser mantida atualizada e disponibilizada à Fiscalização dos serviços, sendo substituída sempre que qualquer alteração for feita na frota efetiva ou de reserva.
- 17.2.53.** Informar ao Fiscal Administrativo (DRADF), mensalmente, até o 12º (décimo segundo) dia útil, na forma impressa ou digital, a folha de pagamento com os quantitativos de pessoal direto e alocado, bem como os veículos e equipamentos utilizados em campo para a execução dos serviços discriminados por categoria.
- 17.2.54.** Comunicar ao Fiscal Descentralizado do Contrato, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, tais como fatores relacionados a dificuldades operacionais ou de planejamento, perdas, destruições parciais ou totais e prestar os esclarecimentos solicitados.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.55.** Comunicar ao Fiscal Descentralizado do Contrato e à GMEST-SLU, no prazo máximo de 02 (duas) horas, acidentes graves e/ou com lesões aos trabalhadores e terceiros.
- 17.2.56.** Cumprir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, instruções expressas para coibir ou eliminar os efeitos de falta ou irregularidade considerada grave pela CONTRATANTE.
- 17.2.57.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
- 17.2.58.** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto do Contrato.
- 17.2.59.** Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 17.2.60.** Recrutar e capacitar, para o bom desempenho das atribuições, toda a mão de obra, direta ou indireta, inclusive encarregados e pessoal de apoio técnico, operacional e administrativo, e, caso solicitado, sob a supervisão dos técnicos de segurança da CONTRATANTE.
- 17.2.61.** Providenciar treinamento com operação assistida para os motoristas (titulares e reservas) e técnicos de manutenção dos caminhões coletores e lavadores de carga lateral cedidos pela CONTRATANTE, de acordo com os requisitos definidos no Projeto Básico.
- 17.2.62.** Providenciar e comprovar, antes do início dos trabalhos, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da emissão da ordem de serviço inicial, junto ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, para que todos os seus empregados sejam identificados e registrados e tenham seus assentamentos devidamente anotados em suas carteiras de trabalho, bem como atender às demais exigências da previdência social e da legislação trabalhista em vigor.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.63.** Responder nos prazos legais, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, crachás, EPIs e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.
- 17.2.64.** Pagar, como única empregadora, todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão de obra, bem como os referentes ao respectivo seguro de acidente de trabalho.
- 17.2.65.** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade em que o empregado presta serviços.
- 17.2.66.** Pagar os salários de seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.
- 17.2.67.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.
- 17.2.68.** Comprovar perante a CONTRATANTE, juntamente com a apresentação do faturamento mensal, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes.
- 17.2.69.** Cumprir as determinações de acordos, convenções ou dissídios coletivos nos prazos estipulados, independentemente da realização de repactuação prevista no Contrato.
- 17.2.70.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.71.** Providenciar para que os trabalhadores enquadrados na categoria de coletores, ajudantes e motoristas de caminhões sejam remunerados com o adicional de insalubridade em grau máximo, tendo em vista a natureza dos serviços a serem executados pelos mesmos, de acordo com a legislação trabalhista pertinente.
- 17.2.72.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.
- 17.2.73.** Manter obrigatoriamente, preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo durante todo período de execução do Contrato.
- 17.2.74.** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do Contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.
- 17.2.75.** Coordenar e controlar a execução dos serviços contratados no âmbito de suas atribuições.
- 17.2.76.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 17.2.77.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto.
- 17.2.78.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 17.2.79.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que aconteça em dependência da CONTRATANTE.
- 17.2.80.** Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.
- 17.2.81.** Providenciar a imediata retirada e a substituição em até 48 (quarenta e oito) horas de qualquer empregado seu que esteja embaraçando ou

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

dificultando ação fiscalizadora ou mesmo cuja permanência seja julgada inconveniente, atendendo a solicitação por escrito da CONTRATANTE.

17.2.82. Manter, durante toda a execução do Contrato, equipe ativa encarregada da medicina e segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.

17.2.83. Submeter à aprovação da área competente da CONTRATANTE, antes do início da execução dos serviços, os modelos de uniformes das equipes de trabalho (motoristas, coletores, ajudantes, encarregados e integrantes da equipe de campanha).

17.2.84. Dimensionar a quantidade de material a ser utilizada, em função da vida útil dos suprimentos necessários para a execução dos serviços contratados e por não prever também equipamentos reservas, de modo a não permitir a interrupção dos serviços contratados, bem como a previsão dos EPIs e EPCs necessários à execução segura dos serviços.

17.2.85. Apresentar diariamente a equipe de trabalho (motoristas, coletores, ajudantes, encarregados e integrantes da equipe de campanha) devidamente uniformizada e/ou identificada, conforme modelos e especificações aprovadas pela CONTRATANTE.

17.2.86. Manter todo pessoal em serviço devidamente capacitado e uniformizado, conforme modelo aprovado pela CONTRATANTE, portando EPIs e EPCs adequados, inclusive garantindo o uso de creme bloqueador solar, conforme especificação aprovada pela CONTRATANTE.

17.2.87. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los.

17.2.88. Providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas da notificação, a troca de uniforme, EPI ou EPC considerados em mau estado de conservação pela Fiscalização. No caso de uniformes e EPI, a multa será multiplicada pela

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

quantidade de uniformes/dia e de EPI/dia e, no caso de EPC, a multa será multiplicada por equipe/dia.

17.2.89. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos.

17.2.90. Impedir o transporte dos trabalhadores nas partes externas dos veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos no deslocamento entre a organização e as áreas de coleta e vice-versa, entre distritos de coleta não adjacentes, bem como para a destinação final, exceto na plataforma operacional nas condições abaixo listadas, que devem ser todas simultaneamente atendidas:

17.2.90.1. durante as atividades de coleta de resíduos, nos itinerários de coleta;

17.2.90.2. com utilização de estribo e balaústres;

17.2.90.3. com o dispositivo de iluminação intermitente ou rotativa de luz amarelo-âmbar ligado;

17.2.90.4. em marcha à dianteira;

17.2.90.5. em trajetos de até 800 m;

17.2.90.6. em velocidade limitada de 10 km/h.

17.2.90.7. o deslocamento dos trabalhadores de um distrito de coleta para outro adjacente, com o uso da plataforma operacional, somente pode ser realizado quando houver sequência da execução da atividade de coleta entre distritos de coleta.

17.2.91. Instalar e manter funcionando dispositivo de alerta visual (por ex.: indicador luminoso) indicando ao motorista a presença de pessoa(s) sobre a plataforma operacional bem como dispositivo de alerta sonoro que deve soar caso seja ultrapassada a velocidade máxima admitida enquanto haja pessoa(s) sobre a plataforma operacional, de acordo com a legislação

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

vigente e em todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.

17.2.92. Manter os caminhões e implementos em perfeitas condições de tráfego e utilização, e em conformidade com a legislação de trânsito e todo instrumento regulamentar pertinente, especialmente com relação à largura, altura e estado de conservação dos estribos e balaústres; dispositivo de iluminação intermitente ou rotativa de luz amarelo âmbar; iluminação da área de carregamento; alarme sonoro de ré.

17.2.93. Emitir mediante recibo, ordens de serviço nos termos da legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, informando os trabalhadores, tanto motoristas quanto coletores, acerca da proibição da condução de trabalhadores nas partes externas dos veículos, exceto nas condições acima especificadas, bem como outras medidas para que sua condução nesses casos seja feita com segurança. A ordem de serviço deverá especificar as punições disciplinares cabíveis, e explicitar que não poderá ser aplicada qualquer penalidade no caso de atrasos, impossibilidade de conclusão das rotas ou outro revés em virtude de observância da proibição.

17.2.93.1. Verificar o cumprimento das ordens de serviço acima, inclusive por meio de fiscalização presencial e telemática. Em caso de descumprimento, poderá ser aplicada penalidade contratual à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

17.2.94. Verificar nos caminhões placas de sinalização, conforme a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, tanto na parte traseira (legível a pelo menos 2 m de distância) quanto na cabine (visível pelo motorista), acerca da proibição da condução de pessoas nos estribos em marcha a ré ou em velocidades superiores a 10 km/h (dez quilômetros por hora).

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.95.** Garantir que o transporte dos coletores entre os locais que disponham das condições especificadas neste Termo de Referência e as rotas de coleta, bem como entre diferentes rotas de coleta ou de/para os locais de destinação/disposição, seja feito ou em cabine do próprio caminhão de coleta, respeitada sua capacidade de passageiros, ou em outro veículo apropriado para transporte de passageiros, em conformidade com a legislação de trânsito e convenções coletivas.
- 17.2.96.** Providenciar pontos de apoio em locais estratégicos, considerando suas rotas de trabalho, para a satisfação de necessidades fisiológicas e a tomada de refeições para os trabalhadores que realizam atividades externas, observando-se a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.
- 17.2.97.** Monitorar as condições de uso das instalações disponibilizadas aos trabalhadores, quando da utilização de pontos de apoio conveniados, nos termos da legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.
- 17.2.98.** Elaborar e implementar, ou, se já existente, garantir a Análise Ergonômica do Trabalho, nos termos da a legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, de maneira a considerar o regime de trabalho (distância percorrida a pé, levantamento de peso, ritmo de coleta etc.) decorrente da implementação dessas medidas.
- 17.2.99.** Informar, com registro em ata, a programação e andamento das medidas ergonômicas do trabalho, por meio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), a partir da primeira reunião ordinária após assinatura do Contrato, conforme a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.
- 17.2.100.** Não permitir o recolhimento indevido e/ou desautorizado de resíduos estranhos e incompatíveis com a natureza das atividades.



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.101.** Não permitir a comercialização ou desvio de materiais recicláveis coletados nos pontos de entrega voluntária ou presentes nos resíduos coletados por suas equipes de trabalho e quaisquer de seus funcionários.
- 17.2.102.** Impedir o derramamento de materiais recicláveis, resíduos e rejeitos, inclusive chorume, em vias públicas.
- 17.2.103.** Cumprir as determinações da CONTRATANTE quanto aos locais de carga e descarga dos materiais recicláveis, resíduos e rejeitos, respeitando as regras e procedimentos operacionais do local de descarga.
- 17.2.104.** Acatar ordem da Fiscalização para interrupção das atividades previstas no Projeto Básico.
- 17.2.105.** Fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e veículos e seus equipamentos conforme especificações do Projeto Básico.
- 17.2.106.** Manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, as idades da frota de todos os veículos e equipamentos, incluindo os reservas, dentro do limite máximo de vida útil estabelecida no Projeto Básico.
- 17.2.107.** Apresentar os veículos contratados com tacógrafo, odômetro e horímetro selados, devidamente aferidos pelo INMETRO.
- 17.2.108.** Providenciar e manter em seus veículos, além das placas regulamentares, as identificações necessárias ao reconhecimento dos serviços prestados e da CONTRATADA, de acordo com modelo padronizado definido pela CONTRATANTE.
- 17.2.109.** Informar à CONTRATANTE e atualizar o Laudo Técnico de Inspeção quando houver toda e qualquer alteração de veículo e de seus equipamentos que modifique o peso de tara do veículo.
- 17.2.110.** Utilizar somente veículos com Laudo Técnico de Inspeção válido e autorizados pela CONTRATANTE.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.111.** Substituir veículo ou equipamento, por qualquer motivo, apenas se autorizado pela CONTRATANTE e após apresentação do Laudo Técnico de Inspeção.
- 17.2.112.** Obedecer ao agendamento definido pela CONTRATANTE para a realização das vistorias programadas dos veículos e equipamentos.
- 17.2.113.** Manter durante toda a vigência do Contrato os quantitativos de veículos e mão de obra informados na proposta comercial.
- 17.2.114.** Manter veículos e equipamentos de reserva conforme exigências do Projeto Básico, para utilização em caso de emergência, de parada para manutenção preventiva, ou de avarias nos equipamentos.
- 17.2.115.** Não utilizar, em hipótese alguma, os veículos a serviço do Contrato em atividade não prevista no Projeto Básico.
- 17.2.116.** Apresentar os veículos do Contrato com os equipamentos do sistema de rastreamento instalados e mantidos em perfeitas condições de funcionamento, arcando com os ônus decorrentes do fornecimento e da instalação dos referidos equipamentos.
- 17.2.117.** Manter os equipamentos, rastreadores, câmeras, equipamentos móveis e todos os mais que vierem a ser instalados, em perfeitas condições de uso, só os removendo com expressa determinação ou autorização da CONTRATANTE, ou com base em justificativa previamente apresentada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE.
- 17.2.118.** Garantir o acesso ao sistema de rastreamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, via web, aos usuários indicados pela CONTRATANTE.
- 17.2.119.** Manter instaladas balanças embarcadas nos veículos, conforme especificações do Projeto Básico.
- 17.2.120.** Permitir a instalação de quaisquer equipamentos nos veículos que se fizerem necessários ao bom desempenho de suas funções, guardando e zelando por estes equipamentos, garantindo sua devolução nas mesmas

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

condições em que foram recebidos, sob pena de ressarcimento de prejuízos ocasionados pelo mau uso dos mesmos.

17.2.121. Garantir a retirada de equipamentos instalados nos veículos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação da CONTRATANTE, ou, ainda, no mesmo prazo, em caso de impedimento do veículo, independentemente de qualquer solicitação.

17.2.122. Garantir que os motoristas realizem os procedimentos operacionais para registro das informações do relatório previsto no **subitem 9.2.5.1.16.10 do Projeto Básico**.

17.2.123. Enviar diariamente registros e imagens dos serviços executados, no início, durante e ao final do expediente e/ou durante a execução dos serviços, conforme instruções da CONTRATANTE.

17.2.124. Manter os veículos e equipamentos, incluindo contêineres, próprios e cedidos, em perfeitas condições de segurança, manutenção, pintura, funcionamento, conservação e limpeza, devendo no caso específico dos caminhões e seus equipamentos, submetê-los, no mínimo, a uma pré-lavagem diária e a uma lavagem completa por semana, abrangendo esta última, inclusive, a adequada e eficaz desinfecção dos equipamentos coletores compactadores e carrocerias, devendo se apresentar limpo para o início da coleta.

17.2.124.1. Em relação aos veículos e equipamentos cedidos, deverão ser observadas, ainda, as disposições do Termo de Cessão de Uso, Anexo II deste contrato.

17.2.125. Arcar com todas as revisões periódicas previstas nos manuais de uso e manutenção dos caminhões e dos equipamentos acoplados, além das manutenções preventivas e corretivas, das trocas de óleos e filtros, das lubrificações, dos serviços de borracharia e dos serviços de socorro em trânsito ou de reboque, em caso de defeito/pane em via pública.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.126.** Realizar e registrar em formulário próprio (checklist), as verificações preventivas de itens necessários ao bom funcionamento e à segurança do funcionamento do caminhão e do equipamento acoplado, em conformidade com os respectivos manuais dos fabricantes, englobando no mínimo a verificação do estado dos freios, da transmissão (reaperto dos parafusos), direção, estado das barras de direção, correção de vazamentos, parte elétrica geral e estado dos pneus.
- 17.2.127.** Utilizar somente peças genuínas ou originais nas manutenções preventivas e corretivas dos caminhões e equipamentos.
- 17.2.128.** Devolver os veículos e equipamentos cedidos ao término do contrato, nos termos do **Documento 35 do Projeto Básico** e do Termo de Cessão de Uso Anexo II deste contrato.
- 17.2.129.** Devolver as carcaças dos pneus dos veículos cedidos pela CONTRATADA, em caso de substituição, independentemente do motivo.
- 17.2.130.** Repor os pneus dos veículos cedidos sempre por pneu de fabricante nacional, com marca reconhecida no mercado, com as mesmas características técnicas do pneu original.
- 17.2.131.** Não utilizar pneus reformados no eixo dianteiro dos veículos cedidos e nem pneus que tenham medida de profundidade da banda de rodagem inferior ao limite legal de 1,6 mm.
- 17.2.132.** Responsabilizar-se pelo abastecimento dos caminhões cedidos, utilizando somente óleo diesel S10, bem como por sua conservação, limpeza e lubrificação.
- 17.2.133.** Lavar as partes internas do equipamento coletor de carregamento lateral após a coleta de vidro, antes da próxima coleta de papel, metal e plástico.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.134.** Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas relacionadas aos veículos cedidos, no prazo legal, mesmo que recorra da penalidade.
- 17.2.135.** Contratar para os veículos cedidos seguro com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros.
- 17.2.136.** EM caso de acidente com caminhão cedido, informar imediatamente à CONTRATANTE e providenciar o Boletim de Ocorrência (BO), enviando cópia do mesmo para a CONTRATANTE, que, conforme o caso, providenciará o Boletim de Intervenção (BI) emitido pela Guarda Municipal.
- 17.2.137.** Em caso de acidente com danos no caminhão/equipamentos, incluindo contêineres cedidos, independentemente de quem deu causa, providenciar a devida reparação, restabelecendo as mesmas condições atestadas no ato do recebimento do bem.
- 17.2.138.** Em casos de Perda Total do contêiner metálico, por razões alheias ou não à CONTRATADA, comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE para providência do Boletim de Intervenção (BI) emitido pela Guarda Municipal.
- 17.2.139.** Ressarcir contêiner metálico à CONTRATANTE em casos de Perda Total por razões de responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.2.140.** Dispor de local adequado, próprio ou terceirizado, para lavagem e desinfecção dos caminhões coletores e dos contêineres de PEAD e metálicos, conectado a um sistema de tratamento adequado de águas servidas (efluentes líquidos) ambientalmente correto.
- 17.2.141.** Lavar veículos, equipamentos e contêineres preferencialmente com água de reuso.
- 17.2.142.** Descarregar os caminhões sempre que finalizarem os serviços exceto mediante autorização contrária da CONTRATANTE.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.143.** Não utilizar vias e outros logradouros para transbordo de resíduos e/ou manutenção da frota. Pequenos reparos emergenciais nas vias públicas poderão ser admitidos, desde que efetivamente não causem prejuízo à segurança, ao bem-estar e/ou ao trânsito de pedestres e/ou veículos, bem como à limpeza das mesmas vias.
- 17.2.144.** Manter instalações físicas (garagem, oficina, escritório, vestiário, refeitório e outras dependências) para a guarda, manutenção preventiva e corretiva de frota e contêineres metálicos ou de PEAD, bem como para o uso diário das equipes de trabalho para a higienização pessoal, durante todo o tempo de vigência do Contrato, admitindo-se que as mesmas pertençam a terceiros.
- 17.2.145.** Responsabilizar-se, durante toda a vigência do Contrato, pelas instalações (garagem, oficina, escritório, vestiário, refeitório, pontos de apoio próprios ou conveniados e outras dependências) de terceiros ou da própria CONTRATADA, no tocante à conservação, asseio, higiene e manutenção da estrutura física e ao fornecimento e uso de material de higiene pessoal e para limpeza geral, além do pagamento das contas de água e energia elétrica.
- 17.2.146.** Permitir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer momento, às instalações físicas (garagem, oficina, escritório, vestiário, refeitório, pontos de apoio próprios ou conveniados e outras dependências) utilizadas pela CONTRATADA.
- 17.2.147.** Responsabilizar-se, integralmente, por danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços, isentando, assim, a CONTRATANTE de quaisquer reclamações que possam surgir conseqüentemente ao Contrato, obrigando-se a reparar os danos causados, independente de provocação pela CONTRATANTE, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

seus prepostos, ou de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas na execução dos serviços, ficando responsável por providenciar todos os materiais e meios necessários e suficientes para garantir a segurança durante esta execução.

17.2.148. Reparar danos causados direta ou indiretamente à propriedade municipal ou de terceiros, incluindo passeios públicos, redes de energia, gás, telefone, água, esgotos, em decorrência da execução dos serviços previstos neste contrato, devendo a CONTRATANTE e os demais órgãos públicos envolvidos serem oficiados das medidas que foram adotadas.

17.2.148.1. Ressarcir imediatamente a CONTRATANTE, após o recebimento da respectiva notificação, no caso de eventuais desvios ou danos causados aos bens sob sua responsabilidade, sob pena de dedução de qualquer quantia que tenha a receber junto à CONTRATANTE.

17.2.149. Conceder os benefícios acordados nas Convenções Coletivas de Trabalho das diversas categorias profissionais.

17.2.150. Emitir laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT) para todas as atividades do contrato que exponham os trabalhadores aos agentes agressivos previstos nos anexos do Decreto Federal nº 3.048/1999, cuja exposição caracterize as atividades como “Especiais” para fins de aposentadoria. Os laudos deverão, obrigatoriamente, ser emitidos por Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, devidamente habilitados e registrados no respectivo conselho de classe.

17.2.151. Manter atualizadas as informações de exposição aos riscos ambientais e monitoração biológica, enviando mensalmente, os dados previstos na legislação previdenciária, através dos eventos do programa e-Social.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 17.2.152.** Cumprir o prazo de 90 (noventa) dias contados da emissão da ordem de serviço inicial, para apresentar à CONTRATANTE o alvará de localização e funcionamento do imóvel destinado à garagem de caminhões e projeto de combate a incêndio devidamente aprovados.
- 17.2.153.** Alocar empregado com a formação exigida no Projeto Básico.
- 17.2.154.** Cumprir a jornada de trabalho, conforme planejamento, programação e Projeto Básico.
- 17.2.155.** Comunicar formalmente, com antecedência, a substituição de qualquer integrante da equipe de campanhas informativas e orientativas comprovando a formação exigida no Projeto Básico.
- 17.2.156.** Comunicar à CONTRATANTE os casos de notificação e autuação do Ministério do Trabalho e outros órgãos de fiscalização.
- 17.2.157.** Coordenar e de controlar a execução dos serviços contratados no âmbito de suas atribuições.
- 17.2.158.** Obedecer às demais obrigações e condições presentes no Projeto Básico e Edital.
- 17.2.159.** Manter, durante toda a vigência contratual, sistema informatizado de rastreamento, monitoramento de frota e registro de rotas, integrado a balanças embarcadas instaladas.
- 17.2.160.** Disponibilizar à CONTRATANTE, sem ônus adicional acesso on-line, em tempo real, ao sistema de rastreamento e monitoramento, por meio de credenciais específicas para os fiscais designados.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS

18.1. O planejamento, a definição de locais, frequência e horários dos serviços são atribuições da CONTRATANTE.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 18.2.** Os dias, locais, horários e tipos de resíduos estabelecidos nas ordens de serviço deverão ser cumpridos pela CONTRATADA.
- 18.3.** Os locais, roteiros, itinerários, frequências e horários estabelecidos no planejamento e nas ordens de serviço serão cumpridos pela CONTRATADA.
- 18.4.** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover, a qualquer momento, alterações nos planos de serviços, devidamente justificadas, devendo o novo estudo ser implantado no prazo de até 7 (sete) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, devendo a CONTRATADA adequar-se às novas necessidades do serviço, sem aumento de custo.
- 18.5.** A CONTRATANTE poderá recorrer a serviços técnicos externos para acompanhamento dos serviços objeto contratual, inclusive com vistas à melhoria de sua qualidade.
- 18.6.** A implantação dos serviços será de responsabilidade da CONTRATADA, facultando à CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, dar apoio a esta implantação.
- 18.7.** Durante a vigência do contrato poderão ser propostos testes de novos equipamentos e tecnologias com vistas à melhoria da eficiência, da segurança operacional ou da qualidade da prestação dos serviços. Tais testes deverão ser previamente solicitados ou aprovados pela SLU, conforme critérios técnicos e operacionais definidos pela fiscalização, nos termos do **subitem 6.47** do Projeto Básico.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1.** A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 19.1.1.** dar causa à inexecução parcial do Contrato;
 - 19.1.2.** dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

19.1.3. dar causa à inexecução total do Contrato;

19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida;

19.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

19.1.7. praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

19.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

19.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer em infrações seguintes sanções:

19.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.2.2. Multas, observados os seguintes percentuais:

19.2.2.1. Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 (trinta) dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

19.2.2.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

19.2.2.2.01. O atraso, para efeito de cálculo da multa moratória, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

19.2.2.2.02. As multas moratórias por atraso no cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro, após apuradas pelo Fiscal do Contrato, terão sua execução condicionada ao comprometimento do prazo de conclusão dos serviços contratados, de modo que a CONTRATADA terá a oportunidade de sanear o atraso verificado, sem prejuízos ao correto andamento dos serviços, hipótese na qual deverá ser observado o procedimento previsto a seguir:

- a. O eventual descumprimento do cronograma será comunicado à CONTRATADA juntamente com o respectivo valor da multa, para que se apresente um planejamento contendo a forma e o prazo de solução do atraso.
- b. A CONTRATANTE analisará a solução e prazo apresentados pela CONTRATADA, emitindo parecer favorável ou não. Se não concordar, a CONTRATANTE fixará novo prazo, ouvida a CONTRATADA.
- c. Após o prazo fixado para a solução do atraso, a CONTRATANTE irá apurar se o atraso se mantém, quando, então, a multa apurada anteriormente será aplicada considerando todo o atraso havido nos serviços.
- d. Na hipótese de o atraso ter sido compensado, retomado o cronograma, a CONTRATADA não será penalizada.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

19.2.2.2.03. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos poderá ser considerado inexecução total do Contrato.

19.2.2.3. Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- a. deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- b. deixar de cumprir o modelo de gestão do Contrato;
- c. deixar de complementar o valor e/ou prorrogar o prazo da garantia recolhida, se for o caso, após solicitação e no prazo assinalado pela CONTRATANTE;
- d. não devolver os valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
- e. deixar de manter todas as condições de habilitação, durante a execução do Contrato, nos termos do inciso XVI, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f. deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- g. manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do Contrato ou instrumento equivalente, ou do fornecimento;
- h. utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;
- i. tolerar, no cumprimento do Contrato, ou instrumento equivalente, ou do fornecimento, situação apta a gerar ou

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- j. deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC), quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra, inclusive no que tange à entrega ou fornecimento de materiais;
 - k. deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - l. deixar de repor empregados faltosos, inclusive por faltas justificadas;
 - m. deixar de controlar a presença de empregados;
 - n. deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - o. deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeições, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do Contrato ou instrumento equivalente nas datas avençadas;
 - p. deixar de administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - q. deixar de assumir todas as responsabilidades e/ou deixar de tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
 - r. deixar de instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- s. deixar de responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
- t. deixar de cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;
- u. deixar de implantar as medidas de proteção coletivas adequadas e dentro dos padrões impostos pela legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho;
- v. manter o e-mail de contato, especialmente o do Coordenador ou Prepostos, desatualizado ou não informar à gestão e Fiscalização do Contrato, em até 2 (dois) dias, a alteração de endereços, especialmente se tal ato impedir a notificação regular de um processo sancionatório;
- w. subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no Edital ou Contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de execução do serviço ou fornecimento do bem;
- x. não atender, no prazo estipulado, às determinações técnicas e diretrizes formuladas pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa, comprometendo o andamento e a qualidade dos serviços.

19.2.2.4. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida pela entrega do objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

19.2.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando a CONTRATADA der causa à rescisão contratual ou em caso de inexecução total do Contrato.

19.2.2.6. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato, nas hipóteses de a CONTRATADA incorrer nas situações seguintes:

- a. apresentar documentação falsa;
- b. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c. falhar na execução do Contrato;
- d. fraudar na execução do Contrato;
- e. comportar-se de modo inidôneo;
- f. cometer fraude fiscal;
- g. apresentar declaração falsa.

19.2.2.6.01. O retardamento da execução previsto na **alínea “b” do subitem 19.2.2.6** estará configurado quando a CONTRATADA:

- a. deixar de iniciar, sem causa justificada e aceita pela CONTRATANTE, a execução do Contrato após 30 (trinta) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- b. deixar de mobilizar, sem causa justificada e aceita pela CONTRATANTE, equipes e recursos para execução das Campanhas Informativas e Orientativas após 10 (dez) dias contados da data constante na ordem de serviço;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- c. deixar de realizar, sem causa justificada e aceita pela CONTRATANTE, os serviços definidos no Contrato por 1 (um) dia ou 3 (três) dias intercalados;
- d. não cumprir o plano de contingência para greves, paralisações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências apresentado e aprovado;
- e. não atender determinação/instruções da CONTRATANTE para coibir ou eliminar situação que esteja afetando a realização da execução de serviços no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.2.3. Devido às especificidades das atividades previstas no Projeto Básico, a falha na execução do Contrato prevista na forma da **alínea “c” do subitem 19.2.2.6** estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas abaixo, quando a Administração aplicará advertência ou multas conforme a graduação estabelecida a seguir:

19.2.3.1. Multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) nos seguintes casos:

- a. por ocorrência, por não informar imediatamente, ao Fiscal Descentralizado do Contrato, toda e qualquer ocorrência em que o veículo coletor ficar impedido de ser utilizado por qualquer motivo;
- b. por ocorrência, por não substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, ferramentas e utensílios de trabalho em desconformidade com o Projeto Básico;
- c. por ocorrência, por não providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas da notificação, a troca de uniforme, EPI ou



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- EPC considerados em mau estado de conservação pela Fiscalização. No caso de uniformes e EPI, a multa será multiplicada pela quantidade de uniformes/dia e de EPI/dia e, no caso de EPC, a multa será multiplicada por equipe/dia;
- d. por ocorrência, por não dimensionar a quantidade de material a ser utilizada, em função da vida útil dos suprimentos necessários para a execução dos serviços contratados e por não prever também equipamentos reservas, de modo a não permitir a interrupção dos serviços contratados, bem como a previsão dos EPIs e EPCs necessários à execução segura dos serviços;
 - e. por empregado/dia, por alocar empregado sem a formação exigida no Projeto Básico;
 - f. por empregado/dia, por não efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade em que o empregado presta serviços;
 - g. por empregado/dia, por não se responsabilizar pelo transporte do seu pessoal por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos;
 - h. por coletor ou ajudante dos serviços de coleta, por dia, exceto da coleta domiciliar, pela não substituição em caso de falta, mesmo que justificada;
 - i. por dia, por deixar de apresentar sempre que solicitada a relação completa dos veículos a serem utilizados nos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, contendo discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo,

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

capacidade volumétrica e de carga útil, tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos coletores compactadores. Essa relação deverá ser mantida atualizada e disponibilizada à Fiscalização dos serviços, sendo substituída sempre que qualquer alteração for feita na frota efetiva ou de reserva;

- j. por dia, por não informar ao Fiscal Administrativo (DRADF), mensalmente, até o 12º (décimo segundo) dia útil, na forma impressa ou digital, a folha de pagamento com os quantitativos de pessoal direto e alocado, bem como os veículos e equipamentos utilizados em campo para a execução dos serviços discriminados por categoria.

19.2.3.2. Multa de R\$ 900,00 (novecentos reais) nos seguintes casos:

- a. por dia, até a sua regularização, em que as condições de habilitação exigidas na licitação não forem mantidas; n
- b. por ocorrência/dia de atraso na regularização junto aos órgãos e repartições competentes de qualquer um dos registros e assentamentos relacionados à execução dos serviços;
- c. por dia de atraso na apresentação de quaisquer documentos exigidos na **Cláusula 28 - Vigésima Oitava deste Contrato – Da Documentação Exigível após a Contratação**;
- d. por veículo/dia, por executar os serviços sem a Autorização Especial para Trânsito de Veículos (AETV) ou com a AETV desatualizada;
- e. por ocorrência, pela inexecução ou execução parcial de campanha informativa e orientativa ou a sua interrupção,

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

por motivos exclusivamente de responsabilidade da CONTRATADA, em desacordo com as ordens de serviço expedidas pela CONTRATANTE, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;

- f. por dia, por não apresentar, à época da medição, no prazo estabelecido no Contrato, a declaração das atividades desenvolvidas pela equipe prevista na Administração Local, bem como dos demais itens que a compõem, com os respectivos registros fotográficos;
- g. por dia de atraso na apresentação de quaisquer documentos exigidos na **Cláusula 27 - Vigésima Sétima deste Contrato – Da Fiscalização da Documentação Fiscal, Trabalhista e Previdenciária**;
- h. por ocorrência, quando constatado que a CONTRATADA não capacitou a sua mão de obra, direta ou indireta, incluindo encarregados e pessoal de apoio técnico, operacional e administrativo, inclusive sem os treinamentos previstos no Projeto Básico;
- i. por motorista, por dia de atraso, até a sua regularização, por não encaminhar à CONTRATANTE os seus motoristas dos veículos cedidos, em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, para assinatura do Formulário de Identificação do Condutor Infrator (FICI);
- j. por dia de atraso, até a sua regularização, por não apresentar no prazo definido pela CONTRATANTE, a relação dos pontos de apoio que serão utilizadas pelas suas equipes,

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

constando, no mínimo, o endereço e as quantidades de bacias sanitárias, lavatórios e assentos para refeição disponibilizados;

- k. por dia de atraso, até a sua regularização, por não apresentar no prazo definido pela CONTRATANTE, cópia dos convênios firmados e devidamente assinados, juntamente com a relação dos pontos de apoio;
- l. por ocorrência, por não realizar o completo transporte dos materiais recicláveis coletados para os locais de destinação, em desacordo com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- m. por ocorrência, por não realizar o completo transporte dos resíduos e rejeitos provenientes das coletas objeto do contrato para a CTR-Macaúbas, em desacordo com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- n. por ocorrência, em que não for providenciado, após 24 (vinte e quatro) horas da notificação, a troca de contêineres considerados pela CONTRATANTE em mau estado de conservação ou inadequados para os serviços;
- o. por dia de atraso por não formalizar junto à CONTRATANTE, em até 20 (vinte) dias após a assinatura do Contrato, a relação nominal e a quantidade de trabalhadores designados para a execução dos serviços alocados em cada uma das atividades e a relação de

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

veículos, equipamentos e instalações, dentre outras discriminadas no Projeto Básico;

- p. por ocorrência, por contêiner de PEAD e metálicos instalados e reservas metálicos, por não incluir seu georreferenciamento no sistema de rastreamento e monitoramento do Contrato;
- q. por ocorrência, por não manter controle de estoque dos contêineres metálicos destinados à reserva técnica-operacional e de todos os contêineres instalados (metálicos e PEAD) por não manter ou atualizar histórico de informações de acordo com as especificações do Projeto Básico;
- r. por veículo/dia, por não manter instalada balança embarcada, conforme especificações do Projeto Básico.

19.2.3.3. Multa de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) nos seguintes casos:

- a. por ocorrência, pela não realização da completa execução dos serviços de coleta domiciliar, ou por sua realização em desacordo com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- b. por ocorrência, por não disponibilizar contêineres de PEAD em conformidade com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- c. por ocorrência, pela não realização da completa execução dos serviços de coleta de resíduos comuns em unidades de saúde ou por sua realização em desacordo com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- d. por ocorrência, pela não realização da completa execução dos serviços de coleta de rejeitos em galpões de triagem de materiais recicláveis ou por sua realização em desacordo com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- e. por ocorrência, pela não realização da completa execução dos serviços de coleta seletiva ponto a ponto automatizada ou por sua realização em desacordo com os mapas de roteiros, com as determinações apresentadas pela CONTRATANTE, com o padrão de acabamento estabelecido no Projeto Básico e com a legislação aplicável;
- f. por ocorrência por contêiner metálico ou de PEAD pelo não cumprimento dos critérios e orientações da CONTRATANTE para instalação, retirada ou remanejamento ou por sua realização em desacordo com as especificações do Projeto Básico e com a legislação aplicável;



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- g. por ocorrência por contêiner metálico ou de PEAD pela não manutenção em perfeitas condições de uso, incluindo manutenção, limpeza;
- h. por ocorrência, por não providenciar e/ou não instalar em todos os contêineres metálicos ou de PEAD programação visual com as indicações necessárias à sua identificação e correta utilização, de acordo com as orientações e modelo padronizado a ser definido pela CONTRATANTE;
- i. por dia, pelo atraso na apresentação dos diários de acompanhamento (DCRS e outros), controle e medições na forma exigida pela CONTRATANTE. Após 30 (trinta) dias de atraso, será suspenso o pagamento dos serviços, até que se normalize a apresentação dos diários;
- j. por dia de atraso no fornecimento de quaisquer informações e/ou documentos solicitados por quaisquer das áreas de planejamento, administrativa-financeira, operacional e jurídica da CONTRATANTE, segundo prazos, periodicidade e critérios estabelecidos, bem como quaisquer outras informações necessárias ao bom desempenho do serviço.;
- k. por ocorrência, por não emitir laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT) para todas as atividades do contrato que exponham os trabalhadores aos agentes agressivos previstos nos anexos do Decreto Federal nº 3.048/1999;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- l. por ocorrência, por não obedecer à legislação e normas relativas à higiene, segurança e medicina do trabalho;
- m. por empregado/dia, pelo não atendimento dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à notificação de substituição de empregado cuja permanência no serviço seja considerada inconveniente ou imprópria ao serviço público;
- n. por equipe que não acatar ordem da Fiscalização para interrupção das atividades previstas no Projeto Básico;
- o. por empregado, por não realizar as avaliações de exposição ambiental dos postos de trabalho e monitoração biológica dos trabalhadores e/ou não manter atualizadas as informações previdenciárias de cada um de seus trabalhadores, através do envio periódico dos eventos do e-Social, em conformidade com as exigências da legislação vigente;
- p. por veículo e/ou por infração, por estacionamento de veículos em local impróprio, por obstrução desnecessária ao trânsito, e quaisquer outras infrações de trânsito;
- q. por veículo/ocorrência, em que seja observado o descumprimento à legislação e normas de trânsito pertinentes, inclusive nas vias internas da CTR-Macaúbas;
- r. por veículo/dia, pela utilização de veículo e/ou equipamento, incluindo os reservas, em desconformidade com a vida útil estabelecida no Projeto Básico;
- s. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não realizar todas as revisões periódicas previstas nos manuais



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

de uso e manutenção dos caminhões e dos equipamentos acoplados, além das manutenções preventivas e corretivas, das trocas de óleos e filtros, das lubrificações, dos serviços de borracharia e dos serviços de socorro em trânsito ou de reboque, em caso de defeito/pane em via pública;

- t. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não realizar e registrar em formulário próprio (checklist) as verificações preventivas de itens necessários ao bom funcionamento e à segurança do funcionamento do caminhão e do equipamento acoplado, em conformidade com os respectivos manuais dos fabricantes, englobando no mínimo a verificação do estado dos freios, da transmissão (reaperto dos parafusos), direção, estado das barras de direção, correção de vazamentos, parte elétrica geral e estado dos pneus;
- u. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não utilizar somente peças genuínas ou originais nas manutenções preventivas e corretivas dos caminhões e equipamentos;
- v. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não devolver à CONTRATANTE as carcaças dos pneus dos veículos cedidos, em caso de substituição, independentemente do motivo;
- w. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não repor os pneus dos veículos sempre por pneu de fabricante



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- nacional, com marca reconhecida no mercado, com as mesmas características técnicas do pneu original;
- x. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por utilizar pneus reformados no eixo dianteiro ou pneus que tenham medida de profundidade da banda de rodagem inferior ao limite legal de 1,6 mm;
 - y. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não abastecer somente com óleo diesel S10, bem como por não manter a sua conservação, limpeza e lubrificação;
 - z. por veículo/dia, por não lavar as partes internas do equipamento coletor de carregamento lateral após a coleta de vidro, antes da próxima coleta de papel, metal e plástico;
 - aa. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não efetuar pagamento de eventuais multas relacionadas aos veículos cedidos, no prazo legal, mesmo que recorra da penalidade;
 - bb. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não contratar seguro com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros;
 - cc. por veículo cedido/dia, até a sua regularização, por não comunicar imediatamente à CONTRATANTE e providenciar o Boletim de Ocorrência (BO), em caso de acidente com caminhão cedido;
 - dd. por veículo ou contêiner cedido/dia, até a sua regularização, por não providenciar a devida reparação, restabelecendo as mesmas condições atestadas no ato do recebimento do bem,



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

em caso de acidente com danos, independentemente de quem deu causa;

- ee. por contêiner metálico cedido, até a sua regularização, em casos de Perda Total, por razões alheias ou não à CONTRATADA, por não comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE para providência do Boletim de Intervenção (BI) emitido pela Guarda Municipal e do fornecimento de um novo contêiner, sem gerar ônus para a CONTRATADA;
- ff. por contêiner metálico cedido, por não ressarcimento à CONTRATANTE em caso de Perda Total por razões de responsabilidade da CONTRATADA;
- gg. por veículo/dia, em que sejam detectados transbordo de resíduos, materiais recicláveis ou rejeitos e/ou manutenção da frota da CONTRATADA sendo realizados em via ou outro logradouro público;
- hh. por dia de atraso, por não apresentar no prazo estabelecido, documentação que comprove a formação dos integrantes da equipe de campanha informativa e orientativa, bem como a cópia da carteira de habilitação do coordenador, conforme estabelecido no Projeto Básico;
- ii. por dia, por não apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, na forma estipulada, até o 12º (décimo segundo) dia de cada mês, toda a documentação de que trata o **subitem 27.1.1 deste Contrato**;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- jj. por dia, por não apresentar ao Fiscal Administrativo da CONTRATANTE, na forma estipulada, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato) ou após a demissão de empregado, toda a documentação de que o **subitem 27.1.3. deste Contrato;**
- kk. por ocorrência, por não garantir que os motoristas realizem os procedimentos operacionais para registro das informações do relatório previsto no **subitem 9.2.5.1.16.10 do Projeto Básico.**
- ll. por ocorrência, por não enviar diariamente registros e imagens dos serviços executados, no início, durante e ao final do expediente e/ou durante a execução dos serviços, conforme instruções da CONTRATANTE.
- mm. por ocorrência, por item não conforme do Checklist de Verificação de Veículo/Equipamento, por não devolver os veículos e equipamentos cedidos ao término do contrato, nos termos do **Documento 35 do Projeto Básico.**

19.2.3.4. Multa de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) nos seguintes casos:

- a. por dia de atraso, por não apresentar o Plano de Contingência para greves, paralisações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências, no prazo de 20 (vinte) dias contados da emissão da ordem de serviço inicial.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- b. por roteiro de coleta/dia, pela inexecução ou execução parcial dos serviços de coleta;
- c. por veículo, por cada hora excedente, a partir da hora definida para início da execução do serviço contratado, por deixar de substituir no prazo máximo de 2 (duas horas) o veículo coletor que ficar impedido de ser utilizado por qualquer motivo;
- d. por ocorrência, por não cumprir o disposto na legislação vigente e em todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho;
- e. residualmente e por ocorrência, pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou obrigações do Contrato, Edital e Projeto Básico, excetuadas aquelas para as quais as sanções estejam especificamente estabelecidas;
- f. por empregado/dia, que não esteja utilizando adequadamente os equipamentos de proteção individual (EPI), inclusive o bloqueador solar, de acordo com as normas e legislação aplicáveis, durante a execução do serviço;
- g. por equipe/dia, que não esteja utilizando adequadamente os equipamentos de proteção coletiva (EPC), de acordo com as normas e legislação aplicáveis, durante a execução do serviço;
- h. por veículo, pela não apresentação do Laudo Técnico de Inspeção nos termos definidos no Projeto Básico.;



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- i. por veículo/dia por não obedecer ao agendamento definido pela CONTRATANTE para a realização de vistorias programadas dos veículos e equipamentos;
- j. por veículo ou equipamento/dia, pelo atraso na instalação dos equipamentos de rastreamento e monitoramento, pela sua retirada ou substituição, sem autorização da CONTRATANTE, e por não os manter em perfeitas condições de funcionamento;
- k. por veículo/dia, por não garantir o acesso ao sistema de rastreamento 24 horas (vinte e quatro horas) por dia, “via web”, conforme especificado no Projeto Básico;
- l. por ocorrência, por não permitir a instalação nos veículos de quaisquer equipamentos que se fizerem necessários ao bom desempenho de suas funções;
- m. por dia de atraso, após transcorrido o prazo determinado para a retirada dos equipamentos instalados nos veículos;
- n. por ocorrência por veículo e por equipamento em que não for providenciada, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da notificação, a troca de veículos e equipamentos considerados pela CONTRATANTE em desconformidade com o Projeto Básico, ou em mau estado de conservação ou inadequado para os serviços;
- o. por ocorrência, ao não se responsabilizar e por não reparar danos eventualmente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- p. por ocorrência, por não ressarcir imediatamente a CONTRATANTE, após o recebimento da notificação respectiva, no caso de eventuais desvios ou danos causados aos bens sob sua responsabilidade;
- q. por dia de atraso na apresentação do Plano de Segurança do Trabalho, conforme exigências da CONTRATANTE;
- r. por dia, em que se constatar o não cumprimento integral do Plano de Contingência para greves, paralisações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências;
- s. por dia, em que se constatar o não cumprimento da jornada de trabalho, conforme exposto no Projeto Básico;
- t. por ocorrência, por não fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado.
- u. Por dia, em que se constatar a não implantação do Programa de Integridade caso o valor global do contrato venha a superar o patamar de grande vulto, conforme disposto no art. 6º, inciso XXII da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data do aditamento ou apostilamento que ocasionar a superação do patamar de grande vulto.

19.2.3.5. Multa de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) nos seguintes casos:

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- a. por ocorrência, por local, pelo não atendimento de quaisquer das disposições relacionadas com cada um dos pontos de apoio às atividades e serviços quer pertençam à CONTRATANTE, a terceiros ou à própria CONTRATADA, em conformidade com as especificações do Projeto Básico e cláusulas contratuais;
- b. por caminhão/dia em que finalizarem os serviços carregados, sem autorização da CONTRATANTE;
- c. por ocorrência, quando constatado o uso de veículo sem autorização prévia da CONTRATANTE;
- d. por ocorrência, por não manter os quantitativos de veículos e mão de obra informados na proposta comercial;
- e. por dia de ausência de veículo e mão de obra, cujo número não seja recomposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir de comunicação da CONTRATANTE;
- f. por dia de atraso no início das atividades de qualquer dos serviços previstos no Projeto Básico;
- g. por dia de atraso na entrega do alvará de localização e funcionamento do imóvel destinado à garagem de caminhões e do projeto de combate a incêndio, devidamente aprovados;
- h. por ocorrência, quando a CONTRATADA não comprovar, juntamente com a apresentação do faturamento mensal, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços, inclusive as contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- i. por ocorrência por não comunicar à CONTRATANTE os casos de notificação e autuação do Ministério do Trabalho e outros órgãos de fiscalização.

19.2.3.6. Multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) nos seguintes casos:

- a. por dia, por não cumprir integralmente o Plano de Segurança do Trabalho aprovado pela CONTRATANTE;
- b. por dia, por alterar o Plano de Segurança do Trabalho sem solicitar aprovação da CONTRATANTE;
- c. por ocorrência, por não cumprir quaisquer das obrigações elencadas nas Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador para Prestação de Serviços elaborada pela GMEST-SLU;
- d. por ocorrência, por deixar de comunicar ao Fiscal Descentralizado do Contrato, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sobre ocorrências durante a prestação de serviço, tais como acidentes e mortes, perdas, destruições parciais ou totais e qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, tais como fatores relacionados a dificuldades operacionais ou de planejamento, perdas, destruições parciais ou totais e prestar os esclarecimentos solicitados;
- e. por ocorrência, por deixar de comunicar ao Fiscal Descentralizado e à GMEST-SLU, no prazo máximo de 2 (duas) horas, acidentes graves e/ou com lesões aos trabalhadores e terceiros;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- f. por ocorrência, por falta considerada grave a critério da CONTRATANTE, que afete a realização dos serviços e que não tenham sido acatadas suas instruções por meio da Fiscalização da CONTRATANTE para coibi-la ou eliminar os seus efeitos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento de notificação expedida pelo órgão fiscalizador do Contrato;
- g. por ocorrência, em que a CONTRATADA não refizer, no prazo determinado pela CONTRATANTE, os serviços que, a juízo do representante desta, forem considerados insatisfatórios;
- h. por ocorrência/empregado, quando constatado algum empregado não identificado e não registrado, assim como sem os seus assentamentos devidamente anotados em sua carteira de trabalho;
- i. por não comunicar formalmente, com antecedência, a substituição de qualquer integrante da equipe de campanhas informativas e orientativas comprovando a formação exigida em contrato;
- j. por ocorrência, por não manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representar a CONTRATADA durante todo período de execução do Contrato;
- k. por ocorrência, por não manter, por meio de seu preposto, permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do Contrato, visando à adoção de providências



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

- l. por ocorrência, quando constatada a falta de coordenação e de controle na execução dos serviços contratados no âmbito de suas atribuições;
- m. por empregado/dia, por não providenciar a imediata retirada de qualquer empregado seu que esteja embaraçando ou dificultando ação fiscalizadora ou mesmo cuja permanência seja julgada inconveniente, atendendo a solicitação por escrito da CONTRATANTE;
- n. por ocorrência, por não manter equipe ativa encarregada da Medicina e Segurança do Trabalho, sendo aplicada a multa toda vez que se constatar a inobservância desta obrigação, independentemente de outras sanções legais;
- o. por ocorrência/empregado, por não apresentar a equipe de trabalho (motoristas, coletores, ajudantes, encarregados e integrantes da equipe de campanha) devidamente uniformizada e/ou identificada, conforme modelos e especificações aprovados pela CONTRATANTE;
- p. por ocorrência, por não garantir que o transporte dos coletores e ajudantes entre os locais que disponham das condições sanitárias e de conforto especificadas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e as rotas de coleta, bem como entre diferentes rotas de coleta ou de/para os locais de destinação/disposição (se for o caso), seja feito ou em cabine do próprio caminhão de



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

coleta, respeitada sua capacidade de passageiros, ou em outro veículo apropriado para transporte de passageiros, em conformidade com a legislação de trânsito;

- q. por ocorrência, por recolhimento indevido e/ou desautorizado de resíduos estranhos e incompatíveis com a natureza dos serviços e/ou características dos veículos;
- r. por ocorrência, quando constatada a comercialização ou desvio de materiais recicláveis presentes nos materiais recicláveis ou resíduos coletados;
- s. por veículo/dia, que não se apresente com o tacógrafo, hodômetro e horímetro selados, devidamente aferidos pelo INMETRO;
- t. por veículo/dia, por se apresentar ao serviço sem as placas regulamentares e/ou sem as identificações necessárias ao reconhecimento dos serviços prestados e da CONTRATADA, de acordo com modelo padronizado definido pela CONTRATANTE;
- u. por veículo/dia, por deixar de informar à CONTRATANTE e de atualizar o Laudo Técnico de Inspeção quando houver toda e qualquer alteração de veículo e de seus equipamentos que modifique o peso de tara do veículo;
- v. por veículo/dia, pelo uso de veículos a serviço deste Contrato em outra atividade, não prevista no Projeto Básico;
- w. por ocorrência/veículo ou ocorrência/equipamento, quando for constatada a utilização de local não adequado para

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

lavagem e desinfecção dos caminhões coletores e contêineres metálicos ou de PEAD;

- x. por dia, quando constatado que a CONTRATADA não disponibiliza instalações físicas para a guarda, manutenção preventiva e corretiva de sua frota e dos contêineres metálicos ou de PEAD, bem como para o uso diário das equipes de trabalho para a higienização pessoal;
- y. por ocorrência/dia, quando constatada a falta de conservação, asseio, higiene e manutenção das instalações (garagem, oficina, escritório, vestiário, refeitório, pontos de apoio próprios ou conveniados e outras dependências) de terceiros ou da própria CONTRATADA, no tocante à conservação, bem como, pelo não fornecimento de material de higiene pessoal e para limpeza geral e, também, pelo não pagamento das contas de água e energia elétrica;
- z. por ocorrência, quando constatado que a CONTRATADA não concedeu os benefícios acordados nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) das diversas categorias profissionais;
- aa. por dia, por não manter, durante toda a vigência do contrato, no mínimo os quantitativos de veículos e equipamentos inclusive reservas, informados em sua proposta comercial apresentada na licitação, conforme estipulados no dimensionamento do Projeto Básico;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- bb. por ocorrência, por deixar de cumprir os dias e horários estabelecidos para a execução dos serviços, conforme definidos pela CONTRATANTE;
- cc. por deixar de providenciar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE, o cronograma físico-financeiro e a respectiva ART ou RRT, referente à planilha orçamentária e, caso necessário, de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas;
- dd. por ocorrência, quando constatado que a CONTRATADA deixou de providenciar treinamento com operação assistida para os motoristas (titulares e reservas) e técnicos de manutenção dos caminhões coletores e lavadores de carga lateral cedidos pela CONTRATANTE, de acordo com os requisitos definidos no Projeto Básico;
- ee. por ocorrência, por deixar de monitorar as condições de uso das instalações disponibilizadas aos trabalhadores, quando da utilização de pontos de apoio conveniados, nos termos da legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho;
- ff. por ocorrência, por não implementar os equipamentos de coleta no prazo estipulado no Projeto Básico e de acordo com as orientações da CONTRATANTE;
- gg. por ocorrência, por não emitir mediante recibo, ordens de serviço nos termos da legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

Trabalho, informando os trabalhadores, tanto motoristas quanto coletores, acerca da proibição da condução de trabalhadores nas partes externas dos veículos, exceto nas condições especificadas no Projeto Básico, bem como outras medidas para que sua condução nesses casos seja feita com segurança;

- hh. por ocorrência, por não verificar o cumprimento das ordens de serviço nos termos da legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, informando os trabalhadores, tanto motoristas quanto coletores, acerca da proibição da condução de trabalhadores nas partes externas dos veículos, exceto nas condições especificadas no Projeto Básico, bem como outras medidas para que sua condução nesses casos seja feita com segurança, inclusive por meio de fiscalização presencial e telemática;
- ii. por ocorrência, por não elaborar e implementar, ou, se já existente, garantir a Análise Ergonômica do Trabalho, nos termos da a legislação vigente e de todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho, de maneira a considerar o regime de trabalho (distância percorrida a pé, levantamento de peso, ritmo de coleta etc.) decorrente da implementação dessas medidas;
- jj. por ocorrência, por não informar, com registro em ata, a programação e andamento das medidas ergonômicas do trabalho, por meio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), a partir da primeira reunião

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ordinária após assinatura do Contrato, conforme a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho.

19.2.3.7. Serão aplicadas multas pelas ausências, mesmo que justificadas, de coletores do serviço de coleta domiciliar, conforme as faixas de graduação estabelecidas a seguir:

- a. Por Percentual de Ausências Mensal (PAM), apurado mensalmente, por serviço de coleta domiciliar, calculado pela seguinte equação:

$$PAM = [1 - (N^{\circ} \text{ de presenças efetivas no mês} : N^{\circ} \text{ de presenças previstas no mês})] \times 100$$

- i) Se $PAM < 5\%$: não haverá aplicação de multa;
- ii) Se $5\% \geq PAM < 10\%$: multa mensal no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais);
- iii) Se $10\% \geq PAM < 15\%$: multa mensal no valor de R\$3.000,00 (três mil reais);
- iv) Se $PAM \geq 15\%$: multa mensal no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

- b. Por Percentual de Ausências Trimestral (PAT), apurado mensalmente a partir do quarto mês do Contrato, sempre que for constatado $PAM > 5\%$ por serviço de coleta, calculado pela seguinte equação:

$$PAT = [1 - (N^{\circ} \text{ de presenças efetivas nos próximos três meses consecutivos} : N^{\circ} \text{ de presenças previstas nos próximos três meses consecutivos})] \times 100$$

- i) Se $PAT > 5\%$, independentemente da faixa em que o percentual se enquadre, será aplicada multa adicional no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

19.2.3.7.01. A aplicação da multa referente ao PAT não afasta a incidência das multas referentes ao PAM.



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

19.2.3.8. Multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) nos seguintes casos:

- a. por veículo/dia ou equipamento/dia, não mantido, conforme proposta comercial apresentada na licitação e dimensionamento do Projeto Básico;
- b. por ocorrência, por não arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto do Contrato;
- c. por ocorrência, quando houver a condução de trabalhadores nas partes externas dos veículos de coleta, inclusive estribos e plataforma operacional, para-choques e carrocerias, especialmente nos trajetos de/para as garagens regionais ou pontos de apoio e similares ou entre garagens, regionais/pontos de apoio e nas rotas de coleta, excetuando-se as condições discriminadas no **subitem 17.1 (Obrigações da CONTRATANTE)**;
- d. por ocorrência/veículo, por não instalar e/ou não manter funcionando dispositivo de alerta visual (ex.: indicador luminoso) indicando ao motorista a presença de pessoa(s) sobre a plataforma operacional, bem como, por não instalar e/ou não manter funcionando dispositivo de alerta sonoro que deve soar caso seja ultrapassada a velocidade máxima permitida na legislação vigente e em todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho enquanto haja pessoa(s) sobre a plataforma operacional;
- e. por ocorrência apurada, pela carga e/ou descarga em local não autorizado, além da obrigação de recolher o material e

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

dar a destinação correta, sem custos para a CONTRATANTE;

- f. por ocorrência/dia, por não fornecer equipamentos, ferramentas, materiais e veículos e seus equipamentos ou fornecê-los, em desconformidade com as especificações do Projeto Básico;
- g. por ocorrência/dia, por utilizar veículos sem Laudo Técnico de Inspeção válido e não autorizados pela CONTRATANTE;
- h. por ocorrência/dia, por não manter veículo e/ou equipamento da frota reserva nas condições e quantidades definidas no Projeto Básico;
- i. por dia, pelo impedimento do acesso da fiscalização às instalações físicas (garagem, oficina, escritório, vestiário, refeitório e outras dependências) utilizadas pela CONTRATADA;
- j. por veículo/dia, que se apresente para a realização dos serviços sem o dispositivo que efetivamente impeça o derramamento dos resíduos pelas vias públicas, em desacordo com as especificações do Projeto Básico;
- k. por ocorrência/veículo, que cause o derramamento de sólidos ou líquidos em vias públicas;
- l. por ocorrência, por não responder por falhas ou omissões relacionadas à segurança de pessoas e equipamentos da empresa, de terceiros ou da CONTRATANTE;

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- m. por dia, por não providenciar pontos de apoio em locais estratégicos, considerando suas rotas de trabalho, para a satisfação de necessidades fisiológicas e a tomada de refeições para os trabalhadores que realizam atividades externas, observando-se a legislação vigente e todo instrumento regulamentar pertinente do Ministério do Trabalho;
- n. por ocorrência, por deixar de submeter à aprovação da área competente da CONTRATANTE, no prazo estabelecido e antes do início da execução dos serviços, os modelos de uniformes das equipes de trabalho (motoristas, ajudantes, encarregados e integrantes da equipe de campanha).

19.2.4. Impedimento de participar de licitação e de ser contratada no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos moldes do art. 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 17 do Decreto Municipal nº 18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.2 a 19.1.5 deste instrumento** e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.2.4.1. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para participar de licitação ou de ser contratada quando praticadas infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.6 a 19.1.9 deste instrumento**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 19.1.2 a 19.1.5 deste instrumento**, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 20 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.2.5.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o **subitem 19.1.9 deste instrumento**, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto Municipal nº 16.954, de 2 de agosto de 2018.

19.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

19.4. As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.5. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

19.6. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

19.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- 19.8.** Multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE decorrente de outros contratos firmados com a CONTRATANTE.
- 19.9.** A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- 19.10.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 19.11.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.
- 19.12.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.
- 19.13.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.
- 19.14.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. A CONTRATADA poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.
- 19.15.** As sanções serão processadas de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 18.096/2022.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

20.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de Belo Horizonte serão observadas as determinações que se seguem.

20.2. O Município exige que as CONTRATADAS, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

20.2.1. “Prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

20.2.2. “Prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento da CONTRATANTE;

20.2.3. “Prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento da CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar a CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

20.2.4. “Prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

20.2.5. “Prática obstrutiva” significa:

20.2.5.1. Destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

20.2.5.2. Agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

20.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

20.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

21.1. Objetivando afirmar a aderência da CONTRATADA aos padrões éticos e de integridade, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte:

21.1.1. A CONTRATADA se compromete a conhecer e observar as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 18.337/2023.

21.1.2. A CONTRATADA se compromete a se orientar pelos princípios do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração, insertos no Decreto Municipal nº 14.635/2011; atentando-se para a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013.

21.1.3. A CONTRATADA fica ciente de que é vedada a contratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes e empregados desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.1.4. A CONTRATADA deverá assegurar que seus colaboradores, empregados, subcontratadas e agentes estejam cientes e cumpram as referidas diretrizes durante a execução do contrato.

21.1.5. O descumprimento de quaisquer das diretrizes mencionadas poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.1.6. A CONTRATADA fica ciente de que deverá se submeter, nos termos da Lei nº 11.557/2023, à avaliação de integridade nas seguintes situações:

21.1.6.1. Na celebração de aditivo contratual, considerando a validade prevista no § 2º do art. 2º da Lei Municipal nº 11.557/2023;

21.1.6.2. A qualquer tempo durante a vigência da relação contratual, a critério da administração municipal, em especial no caso de denúncia ou quando constatada alteração relevante das informações prestadas ou declaradas pela empresa.

21.1.6.3. A avaliação será realizada mediante o preenchimento do Formulário de *Due Diligence*, nos termos do modelo disponibilizado no “link” <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2024/formulario-due-diligence.pdf>, cujo resultado gerará o Relatório de Avaliação de Integridade – RAI.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

- a. Em caso de consórcio, todas as empresas consorciadas devem preencher o formulário individualmente com seus respectivos CNPJs.

21.1.6.4. A CONTRATADA deverá possuir conta google para a viabilização do preenchimento do Formulário de *Due Diligence*.

21.1.6.5. Nos procedimentos de avaliação de integridade será observado o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

21.1.7. Caso o valor global do contrato venha a superar o patamar de grande vulto, conforme disposto no art. 6º, inciso XXII da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada obriga-se a implantar o Programa de Integridade.

21.1.7.1. O prazo para a efetiva implantação e comprovação do programa será de 6 (seis) meses, contados da data do aditamento ou apostilamento que ocasionar a superação do valor mencionado no item anterior.

21.1.7.2. A estruturação do programa de integridade deverá observar, subsidiariamente, os parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 11.129/2022, ou outra que o substitua, enquanto não houver regulamentação municipal sobre o tema.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

22.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

Federal nº 13.709/209/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

22.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

22.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

22.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

22.6. A CONTRATADA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

22.6.1. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

22.6.1.1. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

22.7. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.7.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

22.7.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

22.8. A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

22.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratadas, consultores e/ou prestadores de serviços sob

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

22.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

23.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

23.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

23.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;

23.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

23.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO;

23.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

23.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da CONTRATANTE;

23.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

23.1.8. Constatação de que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

23.2. A CONTRATADA terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

23.2.1. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;

23.2.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

23.2.3. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

23.2.4. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

23.3. As hipóteses de extinção a que se referem os **subitens 23.2.2 ao 23.2.4 deste instrumento** observarão as seguintes disposições:

23.3.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que a CONTRATADA tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

23.3.2. Assegurarão à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

23.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

23.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

23.5.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

23.5.2. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata **este item** ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

23.6. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

23.7. A extinção do contrato poderá ser:

23.7.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

23.7.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

23.7.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

23.8. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

23.9. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

23.9.1. Devolução da garantia;

23.9.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

23.9.3. Pagamento do custo da desmobilização.

23.10. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes consequências:

23.10.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

23.10.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

23.10.3. Execução da garantia contratual para:

23.10.3.1. Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

23.10.3.2. Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

23.10.3.3. Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

23.10.3.4. Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

23.10.4. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

23.11. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decretos Municipais nº 18.096/2022, nº 17.813/2021 e nº 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios dos contratos.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

25.1. O Contrato não poderá ser alterado, quantitativa ou qualitativamente, conforme Decreto Municipal nº 13.757/2009, sob pena de incorrer em ilegalidade, exceto nas condições previstas no §3º do art. 1º, quando serão obedecidos os limites legais previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2. O Contrato poderá ser alterado excepcionalmente, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

25.2.1. Unilateralmente pela Administração:

25.2.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

25.2.1.2. quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021;

25.2.2. Por acordo entre as partes:

25.2.2.1. quando conveniente a substituição da garantia de execução;

25.2.2.2. quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

25.2.2.3. quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor

**Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do
Município de Belo Horizonte**

inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

25.2.2.4. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

25.2.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o **subitem 25.2.1** a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

25.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos da CONTRATADA, a Administração irá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

25.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

25.5. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. O ANEXO I – MATRIZ DE RISCO deste contrato estabelece os riscos a serem suportados pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e aqueles compartilhados pelas partes, na proporção de 50% para cada.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

25.6.1. A matriz de alocação de riscos define o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes.

25.6.2. Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto no que se refere:

25.6.2.1. às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

26.1. A fiscalização dos serviços licitados será exercida pela SLU, conforme disposto no artigo 68, inciso II da Lei Municipal nº 11.065/2017, e pelo Decreto Municipal nº 18.350/2023, e alterações posteriores, com poderes para verificar se a caracterização, o projeto de execução, o padrão de acabamento dos serviços e as obrigações da CONTRATADA estão sendo cumpridos. Poderes também para fazer, fundamentadamente, a proposição de advertência, aplicação de multas ou outras penalidades previstas no Contrato.

26.2. A existência da Fiscalização, não exime a responsabilidade da CONTRATADA em nenhuma de suas obrigações contratuais, podendo inclusive questionar detalhes dos serviços em execução ou executados, sujeitando-os à análise e aprovação.

26.3. Na data de emissão da Ordem de Serviço Inicial, a SLU promoverá uma reunião para apresentar a Fiscalização e a Supervisão, e para acertar os procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços.

26.4. A CONTRATANTE, por meio da sua Diretoria Operacional, supervisionará e fiscalizará a execução dos serviços e encaminhará as autuações para a Diretoria Administrativa, que aplicará as penalidades propostas.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

26.5. A CONTRATADA deverá preencher os relatórios e boletins diários de serviços definidos pela SLU. Esses documentos servirão para embasar as medições e a comunicação de fatos, solicitações, análises e avaliações sobre a execução dos serviços. Os relatórios e boletins de serviços devem ter a assinatura do Responsável da CONTRATADA e da Fiscalização da CONTRATANTE.

26.6. Durante a execução do Contrato, a CONTRATANTE fiscalizará sistematicamente, no campo, o número de trabalhadores e veículos alocados nas atividades, propondo penalização à CONTRATADA, nas formas previstas, se esta alocar trabalhadores em número menor do que o formalizado no início do Contrato.

26.7. A CONTRATADA deverá informar mensalmente, de forma digital, a folha de pagamento com os quantitativos de pessoal direto e alocados, bem como os veículos e equipamentos utilizados em campo para a execução dos serviços, discriminados por categoria, conforme modelo aprovado pela CONTRATANTE.

26.8. A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica por outro com qualificação igual ou superior, quando julgar necessário e mediante justificativa.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

27.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar a Superintendência de Limpeza Urbana, a documentação a seguir relacionada, **os documentos abaixo, em meio digital no formato PDF:**

27.1.1. Mensalmente até o 12º (decimo segundo) dia de cada mês:

27.1.1.1. extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA;

27.1.1.2. cópia da folha de pagamento analítica do mês anterior da execução dos serviços e cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de ou dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

27.1.1.3. os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da execução dos serviços e de qualquer empregado;

27.1.1.4. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

27.1.1.5. cópia digital (em formato digital PDF) das Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT devidamente registradas no INSS;

27.1.1.6. outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA;

27.1.2. Antes da celebração de aditivo contratual e sempre que solicitado pela CONTRATANTE: comprovante de atendimento ao inciso III do art. 4º-B da Lei Federal nº 6.019/1974, apresentando capital social integralizado compatível com o número de empregados.

27.1.3. até 10 (dez) dias após o último mês de execução dos serviços (extinção ou rescisão do contrato) ou após a demissão de empregado, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

27.1.3.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

27.1.3.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

27.1.3.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

27.2. Recebida a documentação tratada no item anterior, a fiscalização da SLU deverá apor a data de entrega e assiná-la.

27.3. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contado a partir do recebimento de diligência da FISCALIZAÇÃO, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

27.4. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderão implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO EXIGÍVEL APÓS A CONTRATAÇÃO

28.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização da SLU, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”**, sob pena de rescisão contratual, **em meio digital no formato PDF:**

28.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica- ART de Execução;

28.1.1.1. A CONTRATADA deverá observar o prazo do § 1º do art. 27 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA ou Norma vigente, para o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços, do art. 2º da Resolução nº 91/2014 do CAU/BR ou Norma vigente, para Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de serviços técnicos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

28.1.2. Extrato da Carteira de Trabalho Digital – CTPS Digital, obtido pelo sistema oficial do Governo Federal (eSocial/CTPS Digital) dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA;

28.1.3. Cópia do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria profissional;

28.1.4. Cópias dos documentos comprobatórios da composição da Administração Local.

28.1.5. Plano de Contingência por Regional Administrativa, para greves, paralisações, eventos climáticos, interdições urbanas e grandes ocorrências públicas e outras ocorrências, que impeçam a plena realização dos serviços.

28.2. A CONTRATADA deverá também **apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da “Ordem de Serviço Inicial”, a seguinte documentação, em meio digital no formato PDF:**

28.2.1. Cópia das Fichas Técnicas de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual, devidamente preenchida, de todos os empregados do contrato, com os EPI's distribuídos no ano de início de vigência do contrato;

28.2.2. Comprovante de Registro da Equipe dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT no Ministério do Trabalho;

28.2.3. Plano de Segurança do Trabalho, contendo os itens previstos na “*Norma Segurança Prestação de Serviços - 2025-2*”.

28.3. A CONTRATADA deverá também **apresentar à Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da SLU, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados**

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

da “Ordem de Serviço Inicial”, os documentos abaixo, **em meio digital no formato PDF**:

28.3.1. Cópia assinada e vigente do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) contendo o inventário de riscos e plano de ações;

28.3.2. Cópia assinada e vigente do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) com cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) vigente, dos empregados.

28.3.3. Cópia dos LTCAT’s de todas as atividades consideradas especiais para fins de aposentadoria e a relação atualizada de todos os trabalhadores alocados nestas atividades.

28.3.3.1. Sempre que houver modificação nas atividades consideradas especiais ou modificação na listagem dos trabalhadores alocados, nova relação deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE.

28.3.3.2. Caso não haja, no contrato, atividades consideradas especiais, seja pela natureza da exposição ou das medidas efetivas de controle (coletivas e individuais) a CONTRATADA deverá emitir uma declaração para a CONTRATANTE informando, de forma expressa, que não há trabalhadores sujeitos às condições especiais de aposentadoria nos termos da legislação previdenciária vigente.

28.4. A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO o Alvará de Localização e Funcionamento do imóvel destinado à garagem de caminhões e o projeto de combate a incêndio devidamente aprovados, em até 90 (noventa) dias da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias, mediante expressa autorização da CONTRATANTE.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

28.5. Havendo erros, omissões ou não conformidades nesta documentação, serão informados à CONTRATADA para correção. Depois de verificados, os documentos serão devolvidos.

28.6. A CONTRATADA ficará sujeita à multa e sanções cabíveis, conforme disposto no edital a partir do momento que não cumprir prazo de qualquer atividade contratual.

28.7. Nenhum serviço será realizado sem cobertura de Ordem de Serviço previamente emitida pela CONTRATANTE.

28.8. A CONTRATADA deverá estar mobilizada para atender ao escopo definido, no prazo estipulado no cronograma.

28.9. A CONTRATADA deverá formalizar junto à Diretoria Operacional da SLU, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a quantidade de trabalhadores alocados em cada uma das atividades, a relação de veículos, equipamentos, instalações, dentre outras, discriminadas no Projeto Básico.

28.9.1. As informações deverão ser discriminadas para cada Região Administrativa, por atividade/turma/equipe

28.9.2. A relação completa dos veículos a serem utilizados nos serviços, inclusive no que diz respeito à frota de reserva técnica, com discriminação de placas, número de identificação, ano de fabricação, marca, modelo, capacidade volumétrica e de carga útil, tanto com relação aos chassis quanto aos equipamentos coletores compactadores e de carrocerias e as varredoras mecânicas deverá ser mantida atualizada, e disponibilizada à fiscalização dos serviços, sendo substituída sempre que qualquer alteração for feita na frota efetiva ou de reserva.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

29.1. Os serviços somente serão recebidos quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que integram o Contrato.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

29.2. Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas verificadas no ato de seu recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE. Nesses casos, o prazo para a recuperação dessas falhas será determinado pela FISCALIZAÇÃO, que comunicará imediatamente à SUPERVISÃO do Contrato e sua inobservância implicará na aplicação das multas previstas no contrato.

29.2.1. A reprovação dos serviços em qualquer fase de sua execução e a consequente correção não implicam no perdão ou alteração das multas respectivas.

29.3. A fiscalização, após o término da vigência contratual e ao considerar o objeto do Contrato concluído, comunicará o fato à autoridade superior, que providenciará o Termo de Encerramento Contratual.

29.3.1. O Termo de Encerramento Contratual emitido pela CONTRATANTE será assinado pelas partes e constará:

29.3.1.1. Atestado de atendimento pleno às disposições deste contrato e da execução dos serviços;

29.3.1.2. Quitação plena pela CONTRATADA das importâncias relativas às faturas recebidas e emitidas contra a CONTRATANTE.

29.4. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos serviços subsistirá na forma da lei.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

30.1. O presente contrato, rege-se, basicamente, segundo seu objeto, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no disposto pelo(a):

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

LEI FEDERAL Nº. 6.019, DE 03 DE JANEIRO DE 1974 - Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.

LEI FEDERAL Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre a proteção do Consumidor e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

LEI FEDERAL Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001 – Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.

LEI FEDERAL Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – Institui o Código Civil.

LEI FEDERAL Nº 11.445 DE 05 DE JANEIRO DE 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e outros.

LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outros.

LEI FEDERAL Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 – Atualiza o marco legal do saneamento básico e outros.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

DECRETO LEI Nº 5.452 DE 1º DE MAIO DE 1943 – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

DECRETO FEDERAL Nº 3.048 DE 6 DE MAIO DE 1999 – Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

DECRETO FEDERAL Nº 7.217 DE 21 DE JUNHO DE 2010 – Regulamenta a Lei 11.445/2007 que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.

DECRETO FEDERAL Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022 – Regulamenta a Lei nº. 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978 – Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA Nº 4.101, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022 – Aprova a redação da Norma Regulamentadora nº 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.

NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SLU – disponibilizado para consulta no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes>

RESOLUÇÃO CAU Nº 091, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014 – Dispõe sobre o registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente a projetos, obras e demais serviços no âmbito da arquitetura e urbanismo e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos Resíduos da Construção Civil.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 916, DE 28 DE MARÇO DE 2022 – Dispõe sobre a concessão de código de marca/modelo/versão, bem como sobre a permissão de modificações em veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023 – Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências.

ABNT NBR 12.980:1993 – Coleta, varrição e acondicionamento de resíduos sólidos urbanos.

ABNT NBR 13.463:1995 – Coleta de resíduos sólidos.

ABNT NBR 10.004-1:2004 – Parte 1: Requisitos de classificação.

ABNT NBR 10.004-2:2004 – Parte 2: Sistema Geral de Classificação de Resíduos (SGCR).

ABNT NBR 9.191:2025 – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – requisitos e métodos de ensaio.

ABNT NBR 13.230:2008 – Embalagens e acondicionamento plásticos recicláveis - identificação e simbologia.

LEI ESTADUAL Nº 18.031, DE 12 DE JANEIRO DE 2009 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – para consulta no endereço eletrônico <https://prefeitura.pbh.gov.br/slu/plano-municipal-de-residuos-solidos/introducao>.

LEI MUNICIPAL Nº 8.616, DE 14 DE JULHO DE 2003 – Código de Posturas do Município de Belo Horizonte e seus decretos regulamentadores.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

LEI MUNICIPAL Nº 10.522, DE 25 DE AGOSTO DE 2012 – Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos de Construção Civil e Resíduos Volumosos.

LEI MUNICIPAL Nº 10.534, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012 – Dispõe sobre a limpeza urbana, seus serviços e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Município, e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 10.936, DE 22 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido à microempresa, à empresa de pequeno porte, ao microempreendedor individual e às sociedades cooperativas equiparadas nas contratações públicas no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 11.065, DE 1º DE AGOSTO DE 2017 – Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 11.557, DE 26 DE JULHO DE 2023, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 18.609, DE 18 DE JANEIRO DE 2024 – Torna obrigatória a avaliação de integridade nas contratações públicas que menciona.

DECRETO MUNICIPAL Nº 10.710, DE 28 DE JUNHO DE 2001 – Dispõe sobre procedimentos administrativos de licitação e contratação e outras providências

DECRETO MUNICIPAL Nº 11.245, DE 23 DE JANEIRO DE 2003 – Dispõe sobre o cadastro de pessoas jurídicas interessadas em contratar com a administração direta e indireta do município de Belo Horizonte e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 13.757, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009 – Veda alterações contratuais que impliquem custos adicionais e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.297, DE 02 DE MARÇO DE 2011 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

DECRETO MUNICIPAL Nº 14.635, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011 – Institui o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

DECRETO MUNICIPAL Nº 15.562, DE 14 DE MAIO DE 2014 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.361, DE 01 DE JULHO DE 2016 – Estabelece procedimentos para a alteração qualitativa e quantitativa de contratos da Adm. Pública municipal direta e indireta, pertinentes a obras e serviços de engenharia.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.535, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016 – Regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas, no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.408, DE 29 DE AGOSTO DE 2016 – Dispõe sobre os procedimentos referentes ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP – e ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.769, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017 – Dispõe sobre as atividades da Subcontroladoria de Auditoria no âmbito da administração direta e indireta de Belo Horizonte e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 16.954, DE 2 DE AGOSTO DE 2018 – Regulamenta, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013, a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.174, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 – Aprova o Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.710, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 – Estabelece exigências mínimas para a utilização de assinaturas eletrônicas em documentos e interações com o Poder Executivo municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.813 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e para contratação de serviços em geral no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.096, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022 – Regulamenta a aplicação de sanções administrativas por infrações cometidas nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.272, DE 9 DE MARÇO DE 2023 – Dispõe acerca da retenção do Imposto de Renda incidente na fonte sobre valores pagos pelo Município de Belo Horizonte, suas autarquias e fundações, a pessoas jurídicas contratadas para o fornecimento de bens ou prestação de serviços.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.289, DE 28 DE MARÇO DE 2023 – Regulamenta a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.303, DE 19 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como seus aditivos e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.305, DE 20 DE ABRIL DE 2023 – Dispõe sobre as regras de atuação do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.324, DE 18 DE MAIO DE 2023 – Dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais de contrato.

Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.337, DE 5 DE JUNHO DE 2023 – Institui a Política Municipal de Integridade Pública e dá outras providências.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.347, DE 22 DE JUNHO DE 2023 – Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.361, DE 30 DE JUNHO DE 2023 – Dispõe sobre regras e diretrizes para a elaboração do Termo de Referência para contratações e aquisições de bens ou serviços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº 18.627, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024 – Regulamenta o disposto no inciso I do § 9º do art. 25 e no inciso III do art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional.

DECRETO MUNICIPAL Nº 19.552, DE 16 DE ABRIL DE 2026 – Regulamenta, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, o recolhimento, a manutenção, a utilização, a substituição e a devolução de garantias, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

31.1. A publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Município (DOM), ocorrerá por conta e ônus da CONTRATANTE.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

32.1. As partes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda do presente contrato, o foro da Comarca de Belo Horizonte.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

Minuta de Contrato



Execução de serviços de coleta de resíduos sólidos, nas regiões Administrativas do Município de Belo Horizonte

E por estarem justas e concordes, assinam as partes o presente contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Belo Horizonte, na data da última assinatura.

Breno Serôa da Motta

Superintendente de Limpeza Urbana

CONTRATANTE

CONTRATADA

Assinatura do representante legal

CPF

ANEXO I

MATRIZ DE RISCO

ANEXO II

TERMO DE CESSÃO DE USO